



A DIALÉTICA DOS 20 CENTAVOS





A DIALÉTICA DOS 20 CENTAVOS

Fotos: Diego Rodrigues Felix, Getúlio Souza Barbosa e Divulgação Mídia Ninja.

Foto de Capa: Divulgação Mídia Ninja.

Diagramação: Flávio Gonçalves.

FICHA CATALOGRÁFICA

A Dialética dos 20 Centavos - Uma análise sobre as Jornadas de Junho. Autores: Diego Rodrigues Felix e Getúlio Souza. Edição única. Maio de 2014. São Paulo, SP. Formato da impressão 22,5 cm X 15 cm.

Texto escrito em português.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Jornalismo, do Centro de Comunicação e Letras, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

1. Jornalismo. 2. Livro-reportagem. 3. São Paulo. 4. Brasil.

Diego Rodrigues Felix
Getúlio Souza Barbosa





Dedicatória

Diego

Aos meus pais e ao meu irmão, por todo o apoio incontestável; por todos os valores que eles me ensinam diariamente e por todo o amor que há em nossa família. Sem eles sou nada.

Ao nosso orientador, André Arruda. Foi quem nos jogou os clarões necessários para que este trabalho fosse realizado, sempre ao modo Arruda de ser. Quem conhece a peça, sabe do que estou falando. Não hesitei ao colocá-lo como nossa primeira opção de orientador e tinha certeza de que seria, de fato, nossa melhor opção. Obrigado, Arruda.

Ao Getúlio, por ter sido um companheiro que foi atrás, mesmo sem saber o que esperar do outro lado e me ajudou neste trabalho. Pelas dúvidas, questionamentos, avisos e pela paciência.

Getúlio

À minha mãe, Marilene, que sempre me apoiou em minhas escolhas e nunca desistiu dos meus sonhos, estando ali, do meu lado durante o tempo todo.

Ao Diego, por topar entrar nessa empreitada comigo, quando mais ninguém se interessava pelo assunto.

Ao meu professor e orientador, Arruda, por apoiar e incentivar eu e o Diego a não deixar a peteca cair e ir até o fim, haja o que houver.



Agradecimentos

Getúlio

Agradeço à todos que cederam um pouco do seu tempo para que o nascimento desse livro fosse possível. Suas impressões, relatos e opiniões foram muito importantes para tornar mais clara a compreensão de um fenômeno social e urbano que até então muitos tiveram dificuldades de entender a primeira vista, inclusive eu.

Raul, Ricardo e Ismael, nossas longas conversas por telefone e Skype me ajudaram a entender melhor o significado do termo “movimento social”. Gabriel, Driade, Ana, Rafael, Lino e Piero, na condição de profissionais de comunicação, vocês criaram um debate que se estende há anos sobre o jornalismo e sua influência sobre o curso da vida humana em sociedade.

Geovanna, Pedro, Octavio, Daniel e Flávio, apresentaram um “mosaico de perfis”, que apenas reforçou a pluralidade de vozes que ocuparam as ruas durante o mês de Junho.

Geovanna se mostrou uma legítima cidadã ao defender seu direito e dos demais brasileiros iguais a ela, de poder trafegar livremente para onde quisesse, sem a presença de catracas para bloquear sua liberdade desfrutar a cidade. Pedro e Octavio, amigos que conheci por acaso, sou muito grato por terem se disposto a me ajudar no último minuto, com seus relatos e pontos de vista enriquecedores.

Diego

Às nossas fontes, por nos conceder muito dos seus tempos, relatos, experiências e opiniões. Nominalmente, agradeço Lino Bocchini e Piero Locatelli pela atenção, paciência e ajuda.

Alysson Leandro Mascaro por ser um intelectual que me abriu a cabeça para o que viria, exatamente um mês após assistir sua palestra, em maio de 2013, e por ser um cara absurdamente atencioso e acolhedor. Se grande parte dos intelectuais de esquerda fossem como ele, certamente teríamos uma classe acadêmica (e política) mais rígida e menos desalentada.

Aos professores que nos ajudaram e contribuíram diretamente neste caminho: André Arruda, Paulo Ranieri, Jackson Barbosa, Vanderlei Dias e Carlos Sandano. Aos que estendo minha admiração e meu respeito, nos 4 anos de faculdade: Marcelo Lopes, Cicelia Pincer, Denise Paiero, André Santoro, Marcia Detoni, Rosana Schwartz, Fernando Pereira e outros tantos que lidam com a cruel tarefa de transmitir conhecimento em terras brandas.



Epígrafe

Precisamos descobrir o Brasil!
Escondido atrás das florestas,
Com a água dos rios no meio,
O Brasil está dormindo, coitado.
Precisamos colonizar o Brasil.

Carlos Drummond de Andrade – Hino Nacional

“Não são os rebeldes que criam os problemas do mundo, são os problemas do mundo que criam os rebeldes”.

Ricardo Flores Magón – Anarquista mexicano



Prefácio

As chamadas Jornadas de Junho tornaram-se algo que até então o país não presenciava desde o Impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992. Inaugurou-se toda uma reconfiguração do espaço público, do modo como a sociedade interagiu com este espaço e as redes sociais foram de grande ajuda para que ela ocorresse ultrapassando limites espaços-temporais.

Na forma de gritos, paus, pedras, depredações, sangue, censura a liberdade de expressão e de imprensa, os protestos contra o reajuste da tarifa do transporte público, liderado pelo Movimento Passe Livre, ganharam uma proporção inimaginável, até mesmo para a imprensa, opinião pública e políticos que acompanhavam as ruas de várias capitais brasileiras literalmente transformadas em campos de guerra.

Os grandes veículos de comunicação como, por exemplo, Folha, Estadão, Veja, Globo, resgataram expressões das ruas, acrescentando suas próprias interpretações de um fenômeno urbano que estava refletindo, protesto após protesto e semana após semana, uma complexidade que até então seus repórteres e jornalistas não compreendiam.

A grande dificuldade da sociedade (e nisso entra a classe política, acadêmica e cidadãos comuns) mora na casa do entendimento do que essas manifestações trouxeram de impacto nas nossas vidas. O grande legado de Junho foi ter mudado a cara de um país descaracterizado.





Índice

Introdução14

Um Resgate Histórico dos Movimentos Sociais18

Redes de Mobilizações Sociais30

Os Desafios Atuais da cobertura jornalística42

Liberdade de expressão ameaçada: o autoritarismo da PM 56

O que as vozes das ruas têm a dizer?70

Um legado de aprendizado84

Referências Bibliográficas88



Introdução

O crescimento populacional interfere diretamente na geografia do espaço urbano e isso se torna cada vez mais claro através do crescimento do número de pessoas circulando diariamente nos grandes centros urbanos. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), hoje São Paulo é composta por 10.886.518 de indivíduos. Considerando a região metropolitana, a população paulista totaliza aproximadamente 19 milhões de habitantes distribuídos em uma extensão de 1500.30 Km².

Ao mesmo tempo, impulsionada pelo crescimento da indústria automobilística, a frota de veículos comerciais na cidade de São Paulo não para de expandir. Incentivos provenientes do Governo do Estado, que facilitam o acesso ao crédito, taxas de juros e IPI reduzido são algumas das opções que tem levado a classe média, agora em ascensão, concretizar seu sonho de ter seu próprio carro. As facilidades de adquirir um veículo trazem reflexos bastante nítidos para uma metrópole, que se alastram todos os dias no cotidiano do paulistano: os engarrafamentos.

Em contrapartida, o transporte público, que deveria ser uma alternativa, deixou de receber os investimentos necessários para oferecer ao paulistano a possibilidade de locomover-se pela cidade com agilidade e conforto. Os constantes reajustes da passagem não se refletiram na melhoria de qualidade do serviço e isso culminou em um descontentamento generalizado da população.

Liderados pelo MPL (Movimento do Passe Livre) no dia 06 de Junho de 2013, milhares de pessoas foram as ruas das principais cida-

des do país protestar contra o reajuste da tarifa do transporte público. Daí um levante popular tomou forma, força e consistência.

O resultado: uma vitória simbólica do povo, que revelou a força de um movimento, impulsionado pelas redes sociais. Como importantes instrumentos de organização dos protestos, elas permitiram que houvesse a possibilidade de um grande contingente de pessoas se comunicassem entre si e estabelecessem uma rede de interesses em comum em torno de um mesmo interesse coletivo: melhor qualidade do transporte público.

Devido a fatores como “proporção”, “volume”, “violência”, “repressão” dos atos convocados pelo MPL nas redes sociais, os veículos de comunicação de massa, no seu papel de informar e noticiar o que estava acontecendo, foram às ruas da capital para acompanhar os protestos, porém esbarraram na tão conhecida ignorância e preponderância jornalística.

Isso ocorreu a partir do momento que, ao retratar o movimento social nas ruas composto exclusivamente por “vândalos” e “baderneiros”, a imprensa deslegitimou o real objetivo e propósito dos protestos, contribuindo, em um primeiro momento, para sua própria perda de credibilidade frente à população, além de aprovar, erroneamente, a ação truculenta da polícia civil e militar durante os atos.

Porém, após o direito a liberdade de expressão de jornalistas e fotógrafos ser atacado e os manifestantes sofrerem com os excessos praticados pela corporação, a cobertura ganhou novos contornos. Nesse momento, quem se tornou alvo de críticas foi o Estado, que não estava sabendo dialogar com os manifestantes de forma pacífica, sem o uso da violência.

Como uma alternativa de driblar os deslizes e falta de representatividade presentes na cobertura da mídia convencional, surgiu o coletivo Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e ação), com uma nova proposta de transmitir, em tempo real, através do uso da internet, as manifestações exatamente no momento em que elas aconteciam. Rapidamente, o interesse por detrás dessa nova proposta de “fazer jornalismo” cresceu e ocupou um espaço que era reservado apenas à mídia tradicional.

Com concretização e constante adesão do povo nas ruas, surgiu um movimento que teve como objetivo reivindicar um direito básico, per-



tencentente a todo e qualquer cidadão: o direito de ir e vir. Ao ocupar o espaço público, de forma organizada, com pautas previamente definidas, os manifestantes desenvolveram uma consciência política, cuja qual, foi tornando-se mais e mais nítida devido à proporção que os protestos foram ganhando ao longo de Junho e dos meses subsequentes.

Outro fator motivador para a ascensão das manifestações foi o conhecido conflito entre os interesses do Estado e os do povo, que trouxe à tona questionamentos sobre a atuação desse primeiro na manutenção de uma estrutura democrática. Sem dúvida alguma, os chamados “representantes do povo” foram atribuídos como os principais culpados pelo atual estado do transporte público e de outros serviços sucateados pela ausência de uma administração pública eficiente. Diante das vozes das ruas, governadores, prefeitos, enfim, políticos em geral viram-se acuados, tendo que tomar medidas para dar conta da pressão popular proveniente das ruas.

Durante o desenrolar dos protestos na capital paulista, a política militar e civil deixaram de ser coadjuvantes dos atos contra a redução da tarifa do transporte público para se tornarem os atores (principais) dos atos. O uso da força e da violência policial trouxe à tona o debate sobre a atuação da atividade dessa organização, que deveria selar inicialmente pela segurança do cidadão, ao invés de se tornar um instrumento de repressão.

Da mesma forma que os manifestantes reivindicavam a revogação do aumento da tarifa do transporte público, as autoridades responsáveis cederam às sucessivas pressões populares de uma série de atos, até o momento em que atenderam o clamor da população.



Um resgate histórico dos movimentos sociais

O Brasil passou por períodos de constante turbulência, desde a instauração da República. Os movimentos sociais estiveram, de alguma forma ligados às turbulências, porém, nos últimos 22 anos as turbulências levaram apenas focos do movimento social às ruas.

A medida que as redes sociais favoreceram a formação de novos coletivos durante as mobilizações de Junho de 2013, o conceito de movimento social voltou a ganhar um novo significado nesse período. Organização, mobilização e demandas claras foram algumas das características que resumem claramente o que foram as manifestações lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL).

No Brasil, o surgimento dos movimentos sociais se dá a partir da década de 60, que foi marcada, entre outras coisas, pela luta à favor do pacifismo, que defende a ideia de uma paz assegurada por um sistema de alianças entre Estados, onde os próprios deveriam contribuir com o desarmamento de suas nações.

Isso contribui para uma desvinculação de movimento social como algo ligado exclusivamente relacionado à clássica disputa entre proletário e burguesia ou uma ação coletiva articulada em torno de classes. Ao assumirem demandas mais amplas, os movimentos sociais absorvem lutas de outras naturezas, vinculadas, por exemplo, à libertação sexual, a proteção do meio ambiente, aos direitos das mulheres e dos negros, entre outros.

Doutor em sociologia pela UERG (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro) e professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado de Minas Gerais, Fernando Perlatto, 29, aponta para uma tendência, que vêm se intensificando desde os anos 60, que ele denomina de “pluralização das agendas dos movimentos sociais”.

Segundo ele, esse tipo de pluralização contribui diretamente para que as ciências sociais reflitam sobre essa nova onda contemporânea de mobilizações, que por sua vez, tem criado redes de articulação entre eles mesmos, como é o caso do MST (Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra).

Devido ao seu caráter descentralizado, essas redes não se limitam à apenas um mesmo espaço específico, pois elas vão além do âmbito nacional ou internacional ao ampliar suas fronteiras de circulação, explorando “redes de circulação transnacionais” e estabelecendo uma articulação com a entidade político-geográfica do Estado.

“Se antes, um movimento social era pensado em uma chave ‘classista’, nos anos 60 essa agenda reflexiva se amplia. Nos últimos anos, tem-se tentado pensar como eles [movimentos sociais] criam redes de articulação nacionais e internacionais e como eles se relacionam com as instituições do Estado.”, exemplifica Fernando.

Durante o período Regencial (1831-1840), o Brasil foi palco de revoltas populares, como a Cabanagem que ocorreram devido às más condições de vida de grande parte da população e do desejo das elites em ampliar seu poder de influência. Esses movimentos procuravam contestar a centralização do Estado Imperial e se formaram por indivíduos em torno de uma determinada causa, como por exemplo, a mais conhecida de todas: a Guerra dos Farrapos.

“Apesar do grande contingente de movimentos separatistas, o Estado Imperial obteve certo êxito ao reprimir essas mobilizações durante a metade do séc.XIX. Já no final do séc. XIX, surge uma nova onda de movimentos sociais, sobretudo aqueles associados à abolição da escravidão. Muitos autores colocam o movimento abolicionista, como o primeiro movimento social do Brasil, pois, pela primeira vez, articularam diferentes atores, diferentes segmentos, classes sociais,

articulados em torno de uma mesma causa, em torno de um mesmo objeto.”, explica o sociólogo.

Na medida em que o Brasil vai se desenvolvendo, se tornando mais urbanizado e industrializado, surge o movimento operário, liderado inicialmente por imigrantes europeus que carregavam consigo os ideais revolucionários do velho continente, como a Anarquia e o Comunismo. Ele assume um papel cada vez mais importante nas disputas políticas no Brasil, até culminar na década de 1970, com o processo de redemocratização do país, quando torna-se o grande protagonista desse processo, sobretudo no Grande ABC paulista, com a figura de Lula como o grande articulador daquele movimento.

Já entre os anos de 1950 e 1960, quando o país não está mais sobre a Ditadura Vargas (1937-1945), os movimentos urbanos e rurais ganham destaque, se potencializando após o fim do Estado Novo.

“As polícias não estão preparadas para lidar com as comunidades, com a periferia, com as manifestações. É evidente que o trabalho da polícia deve ser diferente do que vem ocorrendo atualmente.”

Ricardo Ismael,
cientista político,
questionado sobre a
necessidade de uma
desmilitarização da
polícia militar



“Nesse contexto pré-ditadura militar, as ligas camponesas se articulam de maneira muito forte e, por outro lado, as organizações dos movimentos operários nas cidades darão uma sustentação para uma série de reformas de base do Governo Goulart (1961-1964) que apostam na reestruturação de uma série de setores econômicos e sociais do país”, avalia.

O cenário de repressão do regime militar culminou no surgimento de organizações de cunho político como a ALN (Aliança Libertadora Nacional) e movimentos estudantis como a UNE (União Nacional dos Estudantes). Ambos protagonizaram uma nova forma de movimentos organizados, no qual jovens e estudantes foram seus principais atores.

De cunho revolucionário-comunista, a ALN se opôs ao regime ao ingressar na luta armada junto com os demais membros da organização, tendo como seu principal líder Carlos Marighella. Sua proposta resumia-se em uma ação objetiva e imediata pelo fim do regime, cuja qual, defendia a luta armada e a guerrilha como instrumento de ação política.

A UNE, por sua vez, pregava a liberdade democrática, além de desempenhar uma luta contra o autoritarismo do regime militar. Com a intensificação da repressão durante o governo Castelo Branco (1964-1967), membros da UNE organizaram três greves gerais, onde foi protagonizado cenas de violência. Uma delas culminou na morte do estudante Edson Luiz, no dia 28 de março de 1968, durante confronto entre a polícia e os estudantes, no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro, onde eram oferecidas refeições diárias para estudantes, além de funcionar como palco para várias manifestações por melhores condições de ensino no país. Elio Gaspari, no livro “As Ilusões Armadas - A Ditadura Envergonhada”, afirma que Edson foi o primeiro cadáver “conquistado” desde 1964, na luta entre regime e estudantes. Tratava-se de um jovem pobre, vindo do nordeste, secundarista e que não tinha militância política, de modo que se tornou o símbolo de uma luta que estava apenas no começo, ele foi o mártir que muitos esperavam para, enfim, lutar contra o regime. A morte de Edson foi o que Zuenir Ventura define como o primeiro grande movimento de 1968, engatilhando todos os grandes atos que aquele ano permitiu acontecer.

No final dos anos de 1970, com o enfraquecimento da ditadura e a promessa de abertura política, surge uma nova rearticulação dos mo-

vimentos sociais que vão “desde as comunidades eclesiais vinculadas às igrejas, os movimentos contra a ditadura e a favor da redemocratização do país até aquele movimento que vai ser o principal movimento da redemocratização: o movimento operário” acrescenta, Perlatto.

As greves do grande ABC, (região metropolitana de São Paulo) ilustram bem esse cenário: constantes greves de operários durante a década de 70, que mais tarde resultaria na fundação do PT (Partido dos Trabalhadores) e da CUT (Central Única dos trabalhadores).

Organizadas por movimentos sociais, essas greves foram importantes não só no processo de luta pela redemocratização, mas também para pressionar que a Constituição de 1988, criada por uma assembleia constituinte formada por deputados e senadores, em sua maioria, conservadores, tivesse um caráter mais “democratizante”, possíveis pelo clima de insatisfação que restou após a queda da Emenda Dante Oliveira, que possibilitaria a formação de eleições diretas em 1985. O processo até a queda da emenda foi caracterizado como “Diretas-Já”, durando de 1983 até 1984. O movimento das Diretas foi liderado, inicialmente, pela classe política, presente na figura de Ulysses Guimarães, o Doutor Diretas. A ideia era simples e visava montar caravanas por todo o país, com os principais políticos do país, além de artistas, jogadores de futebol, cantores e etc que pudessem ajudar a alavancar a imagem do movimento.

Já com o fim de uma ditadura fatigada e prestes a cair, o movimento das Diretas foi capaz de juntar todas as vozes insatisfeitas contra o regime a seu favor. Em 16 de abril de 1984, em São Paulo, ocorreu a maior manifestação da história do país, reunindo 1 milhão e 500 mil pessoas (segundo dados oficiais da época), entre a Sé e o Anhangabaú. As diretas foram capazes de juntar toda classe política de coalizão num só objetivo, de modo que se via Lula, Fernando Henrique Cardoso, Brizola, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e muitos outros, juntos pelo fim da ditadura.

Fernando ainda aponta para um problema histórico envolvendo partidos políticos e movimentos sociais. Para ele, mesmo que o próprio PT tenha uma origem ligada ao movimento sindical, essa relação entre o partido e os movimentos fortalece as centrais sindicais, mas, por outro lado, faz com que elas percam muito de sua própria autonomia.

“Ao mesmo tempo em que ele fortalece o surgimento de movimentos sociais, numa perspectiva que ele dialoga com representantes dos movimentos, por outro lado, isso implica em um enfraquecimento desses coletivos, pois eles acabam perdendo muito da sua autonomia ao se articularem muito com o Estado”, exemplifica.

Entretanto, com o passar do tempo, com o avanço tecnológico e uma aparente apatia da população brasileira frente à classe política, impulsionada por uma série de fatores que contribuíam para um descrédito cada vez maior dos representantes com o povo, a sociedade civil voltou a ocupar as ruas das principais capitais do país, dando início a mais uma onda de protestos, impulsionados pelo reajuste da tarifa do transporte público.

A pauta do transporte público foi agregada definitivamente pelo MPL, de uma forma que o movimento tornou-se o principal protagonista das mobilizações de Junho. Por ser o precursor das manifestações desse período, o MPL é representativo de uma pauta que se tornou central para os movimentos sociais contemporâneos: a questão urbana.

“Um dos grandes problemas do Brasil hoje é o tema urbano. As cidades estão praticamente paradas pela questão do trânsito, onde se vive uma espetacularização imobiliária gigantesca, isso é, há uma expulsão da população do centro de grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, além de uma subtração de serviços e aparelhos públicos para essa parcela da população.”

Mesmo a aparente dispersão de reivindicações durante os protestos trouxe a tona uma discussão do papel do Estado na sua função de garantir a melhor aplicação dos recursos públicos, como os impostos cobrados à população, em setores como educação, segurança, saúde e transporte.

Segundo Fernando, esse sucateamento dos serviços públicos levam as pessoas, cada vez mais, a procurarem serviços particulares. Ele vê esse fenômeno como uma “privatização de todas as esferas da vida social”, onde o acesso aos bens públicos torna-se mais restrito com o passar do tempo.

“Comparada às manifestações protagonizadas por movimentos sociais organizados que se formaram décadas atrás, as mobilizações



de Junho contribuíram para o surgimento de um novo ingrediente: a mobilização urbana. Também marcaram as lutas de um movimento, que dentro de um contexto democrático, ganhou fôlego e volume suficientes para forçar uma mudança nas esferas municipais, estaduais e federais.”, avalia o cientista político, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora do departamento de Ciências Sociais, Raul Francisco Magalhães.

Para ele, pautas e demandas de partidos políticos, por exemplo, tendem a ser descartados pelos manifestantes, pois ao trazer consigo certa autonomia, que eles aplicam nas ruas segundo suas próprias demandas e reivindicações. A ausência de uma democracia representativa eficaz fez com que esses movimentos se colocassem como uma alternativa à esse modelo de democracia.

“Os partidos hoje em dia não dão espaço para discussões programáticas, onde um coletivo possa construir uma discussão sobre determinado assunto, como debater assuntos ligados à política em si”, ressalta Ricardo Ismael, 54, professor da Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ) e Doutor em ciência política pela Unipeje.

Segundo ele, os movimentos sociais têm sido uma escola melhor comparada ao movimento estudantil e aos partidos políticos. Ele atribui ainda a permanência de velhos conhecidos da política, muitos ligados a casos de corrupção, como os principais motivos, pelos quais, a não se interessa em participar da vida política de sua comunidade ou cidades onde moram.

Magalhães, por outro lado, acredita que os políticos ainda têm dificuldades de gerenciar as manifestações de uma forma que funcionam como um aprendizado para a classe. “É muito difícil que você consiga, com os mecanismos tradicionais da política, instrumentalizar esses grupos e transformá-los em votos, numa única direção. A queda de popularidade da presidente Dilma, que era muito alta, caiu de forma absurda”.

Após o início dos protestos em Junho de 2013, a queda na sua popularidade alcançou uma margem de 27 pontos, enquanto que no mês de Março a avaliação do seu governo beirava os 65% de aprovação, ou seja, mais do que o dobro registrado quatro meses depois.

Mesmo diante desse cenário negativo da presidente, seus adversários diretos pela corrida presencial de 2014 (Aécio Neves, Eduardo Campos e Marina Silva) não tiveram essa intenção de votos convertida para suas campanhas de forma automática.

Segundo Perlatto, esse fenômeno deve-se a um descrédito que a classe política como um todo sofreu durante aquele período de indignação protagonizado nas ruas. “É muito difícil os políticos ‘aparelharem’ esses manifestantes e capitalizarem para si esses votos”, avalia.

A discussão do tema em torno da mobilidade urbana toca em um aspecto bastante relevante: o direito à cidade. O reajuste da tarifa do transporte público impactou diretamente no bolso daquele cidadão que além de morar distante dos grandes centros urbanos, ainda conta com uma readequação do seu orçamento para poder equilibrar as finanças.

“Em sua grande maioria, a juventude tomou as ruas em um primeiro momento, atraída pelo discurso e pela bandeira do MPL. Como a questão do transporte público gira em torno dos trabalhadores e dos

estudantes que utilizam o serviço cotidianamente, o ingresso em um movimento tende a ocorrer naturalmente”.

Com o desenrolar dos protestos, a bandeira do MPL pelo direito do cidadão à um serviço público realmente público, sem tarifas ou outros meios de cobrança contribuiu para a efetividade e adesão da população aos protestos encabeçados pelo movimento. Porém, essa aparente efetividade de adesão só foi possível, a primeira vista, porque o MPL exercia um influente papel de liderança sobre todo um contingente de manifestantes que estavam presentes nas ruas naquele período.

A luta pela tarifa zero, bandeira defendida pelo movimento desde a sua fundação, em 2005 no V Fórum Mundial Social, em Porto Alegre, ainda mantém suas mesmas metas e diretrizes. Segundo sua carta de princípios, a reivindicação por um transporte 100% gratuito é “um o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade”.

Mais adiante na carta, o movimento se projeta como um incentivador “na mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população”.

Essa bandeira foi levantada durante os 6 atos que sucederam a revogação do aumento da tarifa. Porém, a partir do momento em que essa conquista se concretizou (em mais de 100 cidades), de fato, o movimento anunciou que a partir do dia 21 de Junho não iria mais convocar novos protestos. Segundo Douglas Beloni, integrante do movimento, um dos principais motivos para a saída do movimento foi a hostilidade dos manifestantes em relação a presença de partidos nos protestos.

“O MPL não vai convocar novas manifestações. Houve uma hostilidade com relação a outros partidos por parte de manifestantes, e esses outros partidos estavam desde o início compondo a luta contra o aumento e pela revogação”, disse em entrevista realizada nos estúdios da rádio CBN, na Av. Paulista, naquela noite de quinta-feira (20) de Junho.

O aumento do número de pautas conservadoras durante os atos, que não representavam as reivindicações do movimento, também se tornou outro fator determinante para a desistência do MPL. O surgimento de temas genéricos, frutos de indignações coletivas, como a redução da maioridade penal e o fim da corrupção, por exemplo, foram prontamente rejeitadas pelo movimento, que apenas se baseava em uma demanda específica do seu interesse: a mobilidade urbana.

O movimento também foi representado na imprensa pela estudante de direito da USP (Universidade de São Paulo), Nina Cappello e Lucas Monteiro, professor de história membros do movimento, foram ao programa Roda Viva da TV Cultura para apresentar uma contextualização das recentes manifestações encabeçadas pelo grupo aos tele-espectadores que acompanharam o programa daquela segunda-feira, dia 17 de Junho.

Questionada pela jornalista da TV Folha, Giuliana Vallone, ferida no olho durante o quarto ato realizado no dia 13 de Junho, sobre qual era o objetivo do movimento a curto prazo, Nina logo respondeu: “A revogação do aumento de vinte centavos e a volta do valor para três reais”.

Segundo a estudante, o movimento quer que haja uma priorização do transporte público, ao invés do privado. “Em primeiro lugar é importante colocar que o debate sobre o financiamento do transporte público é um debate político, e não técnico.”

Para ela, enquanto o orçamento público não for gerenciado de tal forma que quebre a lógica no qual o transporte privado se sobrepõe ao transporte público, não haverá mudanças na mobilidade urbana do país“, observa.

Em estudo realizado em 2011 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelou que o número de veículos individuais no país cresceu 9%, enquanto que o uso do transporte público registrou uma queda de 68% para 51%.

Bruno cita ainda o impacto que um reajuste de 20 centavos tem sobre o cidadão comum e como ele compromete a seu orçamento. “Se você pega a integração (uso do Bilhete Único em ônibus, metrô e trem), isso já dá 31% do salário mínimo (R\$ 628 em 2013 e R\$ 724



em 2014) que um trabalhador vai gastar usando 24 dias por mês, o transporte coletivo”.

Os gastos com transporte público podem chegar aos 3,9% do orçamento de uma família, enquanto que o veículo próprio, onde também está incluso o uso de combustível, o cenário muda para 17,4%. Esses números são da Pesquisa de Orçamentos familiares realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) entre os anos de 2008 e 2009 no Brasil e na região metropolitana de São Paulo (RMSP).

A importância do MPL nas manifestações de Junho foi de peso incalculável. É quase que uma unanimidade, entre as fontes que compõem essas reportagens, o respeito que o MPL deixou como legado. Quem esteve nas ruas soube e viu a importância que este grupo específico teve na luta pela revogação do aumento e no direcionamento que a luta teve. O MPL foi capaz de manter as manifestações com foco e objetivos firmes. Não a toa, logo após a revogação o movimento das ruas (em São Paulo) caiu consideravelmente, dando espaço para outras pautas mais gerais assumirem o espaço das ruas.

“Um aprendizado que ficou foi que a população organizada pode alterar a forma como a nossa cidade e a nossa própria vida se organizam. Além disso, evidenciou-se que o povo é quem tem que mandar no transporte e na cidade para que os serviços públicos de fato atendam às nossas necessidades”, complementa Nina.





Redes de mobilizações sociais

As redes sociais proporcionaram uma nova forma de organização das manifestações de Junho ao ampliar o processo de comunicação entre movimentos sociais

Elemento fundamental de organização social durante as manifestações de Junho, as redes sociais trouxeram um novo significado para o termo “mobilizar”, ao proporcionar aos seus usuários uma constante troca de informações, que englobava três períodos que sucederam os protestos. Primeiro, a adesão virtual dos interessados, a definição das pautas que deveriam ser levadas às ruas, dos horários e locais, enfim, os preparativos foram organizados previamente. Segundo, o momento, no qual, a teoria se transforma em prática e a proporção de manifestantes migra do âmbito virtual para o presencial. Terceiro, e por último, o constante uso desse espaço virtual para a fomentação de novas mobilizações.

As redes foram capazes de mobilizar centenas de jovens a partir de uma pauta previamente organizada. Para muitos que estavam fora dos acontecimentos (mundiais, sobretudo), esse levante de massas que ocorreu em junho de 2013 foi algo absolutamente inesperado. Podemos dizer, sem sobra de dúvidas, que as revoltas brasileiras foram inspiradas na Primavera Árabe, iniciada, mais especificamente, no dia 17 de dezembro de 2010, na Tunísia, com o suicídio por imolação de Mohamed Bouazizi, um vendedor de frutas que protestava contra a apreensão de suas mercadorias. A revolta e consequente repercussão que esse caso ganhou na imprensa mundial tornou-se o combustível para a eclosão e reconfiguração do sentido de se manifestar contra ditaduras e governos autoritários, mascarados por uma

falsa democracia até então inquestionável, de modo que seus ecos reverberaram por todo o globo, incluindo os Estados Unidos, com o movimento “Occupy Wall Street”.

Fernando Perlatto, doutor em sociologia pela UERG, e professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado de Minas Gerais diz que é impossível explicar um movimento social que tenha emergido nos últimos anos “sem o fator internet, redes sociais e mais particularmente, sem Twitter e Facebook que foram as principais ferramentas para organização, mobilização”, diz.

O sociólogo defende que a sociedade atual, inclusive a brasileira vive uma época onde o individualismo ocupa cada vez mais espaço diante de questões como a reivindicação de um direito de manifestação na hora. Cada indivíduo, independente da classe social que se encontra revela certa resistência em agir de forma conjunta como os demais que convivem com ele, direta ou indiretamente em uma mesma sociedade.

“Um jovem dificilmente participará de um partido, sindicato ou até mesmo da associação do bairro. Nessa lógica, as redes sociais servem como um canal de inclusão desses jovens numa roda de debates onde antes o acesso seria mais burocratizado.”, avalia.

O chamado “ativista de sofá” foi algo bastante criticado durante os protestos. A presença de pessoas que postavam na rede críticas direcionadas aos movimentos das ruas reforçou esse individualismo. “Ao mesmo tempo em que as redes sociais têm essa possibilidade de agregar pessoas em torno de uma mesma mobilização, ainda houve certo distanciamento entre quem possuía opiniões e visões diferentes dos demais, isto é, que mostrou resistência em participar de um debate mais reflexivo.”

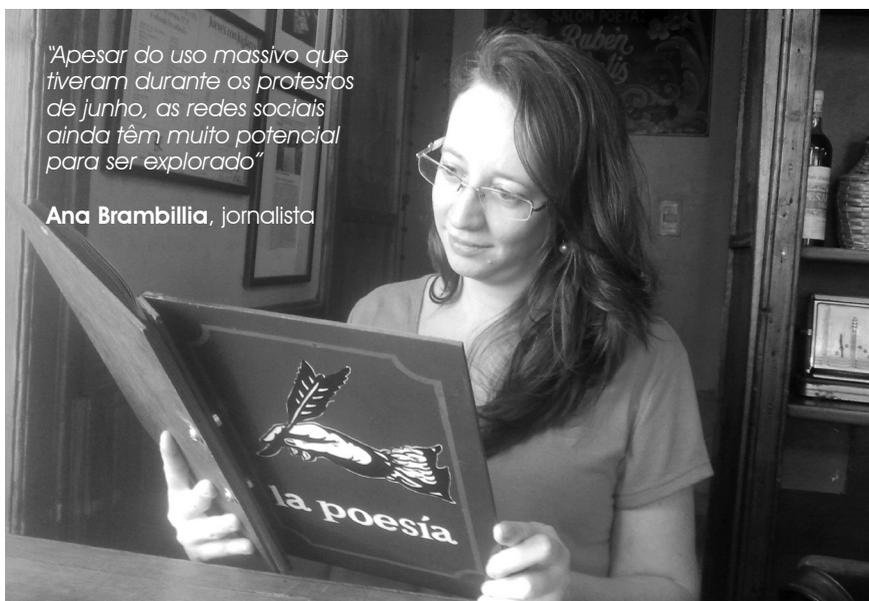
Para Fernando, o debate gerado nas redes sociais contribuiu também para que seus usuários atentassem para a existência de um monopólio de comunicação no Brasil e da necessidade de pluralizar os instrumentos pelos quais as informações estavam sendo divulgadas. A propagação de textos, vídeos, fotos em blogs alternativos, independentes, criados por indivíduos que participaram dos atos contra o reajuste da tarifa do transporte público e outros protestos, bateram de frente contra o monopólio até então vigente da grande imprensa. Mas apenas

isso ainda não é suficiente para contornar esse cenário – os governos também possuem sua fatia de responsabilidade nesse caso.

“O governo tem que criar mecanismos para estimular a ação de rádios comunitárias, por exemplo. Não se trata de regulamentar um veículo, porque, em um contexto democrático, eles devem ser livres para dizer o que bem entenderem. O que deve ser feito é criar novas fontes de informação que devem ser tão influentes quanto esses meios”, complementa.

Editor de Mídia Social da revista *Veja*, professor do programa de pós-graduação de jornalismo da FAAP e mestre em tecnologia e Mercado pela Faculdade Cásper Líbero, Rafael Sbarai, acredita que as redes sociais funcionaram como uma espécie de rede “descentralizada”, que proporcionou aos manifestantes expressarem seus anseios e demandas coletivas de forma mais eficiente.

Porém, isso apenas foi possível a partir do momento em que eles souberam fazer um uso consciente dessas ferramentas, como o Facebook e o Twitter, por exemplo, para se organizarem coletivamente. “É muito difícil se chegar a uma conclusão de que as redes sociais proporcionaram uma participação mais ou menos efetiva da população. Elas contribuíram, sim, mas apenas elas sozinhas não irão fazer uma revolução.”



A medida que a diversidade de pautas foi tomando as ruas e as ruas, houve o número de manifestantes nas ruas foi diminuindo devido a essa aparente dispersão de demanda e reivindicações da população e a conquista da revogação da tarifa pelo MPL (Movimento do Passe Livre).

Sbarai relembra o 3º ato contra a Copa do Mundo realizado no Largo da Batata no dia 13 de Março de 2014, onde o efetivo policial mostrou-se superior ao número de manifestantes e isso contribuiu para a pouca efetividade do ato naquele dia, contrariando a adesão de 15 mil manifestantes em um evento criado no Facebook.

“A descentralização desses atos foi um dos principais motivos que levou as manifestações a minguaem. Não adianta haver 10 mil pessoas ocupando um espaço, sendo que esse grupo se divide em 4 grupos de 2.500 pessoas, cada um pedindo uma coisa. Isso só vai enfraquecer os atos e torna-los difusos”, exemplifica.

Ainda dentro desse conceito de redes, há a existência de dois “sub-conceitos” que nortearam o debate de Junho: mídia digital e rede social. Ana Brambillia, mestre em comunicação pela UFRGS e doutoranda em jornalismo e redes sociais pela Universidade Austral de Buenos Aires explica que a mídia digital é tudo aquilo que não é analógico, do ponto de vista da veiculação de conteúdo.

“Quando temos um site corporativo, por exemplo, um site de um jornal, isso é uma mídia digital”, explica. “Quando temos um espaço, onde as pessoas entram com seu próprio conteúdo, constroem um perfil ao seu respeito, ou informações de sua autoria, ou passam a postar informações elas próprias, aí você tem uma rede social”, explica.

Essa diferenciação é necessária a partir do momento no qual começamos a debater as redes e tentar entender suas complexidades e suas relações. É muito comum que aconteça uma generalização ou tendência a entender rede social como sendo mídia social.

As jornadas de junho não necessariamente inauguraram algo inédito, mas usaram (e abusaram) de modos recentes de se comunicar e difundir informações. Houve a “institucionalização” do uso das hashtags (hiperlinks que destacam certos assuntos importantes que estão acontecendo no Twitter) para direcionar certos posts relativos a determinados acontecimentos. Elas trouxeram mais vi-

sibilidade às publicações, que antes estavam restritas aos amigos adicionados à conta na rede social. A partir da adição do atalho “#”, elas passaram a fazer parte do sistema de buscas relacionado àquela frase junto do atalho, ou seja, o campo de visibilidade aumentou consideravelmente. Ficaram famosas as hashtags com frases que acabaram marcando junho, como #ogiganteacordou, #opovoacordou, #vemprarua entre outras.

Além do aspecto simples da tangência, o uso das hashtags ajudou a manter determinado assunto vivo, pois o sistema reconhece esse sinal e passa a atualizar a timeline (do Twitter, por exemplo, e mais tarde do Facebook) instantaneamente. No caso das manifestações, as hashtags tinham função multiuso e dependiam da necessidade do receptor, que poderia estar atrás de informações sobre a violência policial, o local exato de onde a passeata se encontrava, as fotos que eram postadas ou frases de efeito que manifestantes mandavam da rua. Os “trending topics” (assuntos mais comentados) do twitter se revelam como um “termômetro” em escala global, pois absolutamente tudo passa pelo crivo dos tt’s. É a antecipação do furo jornalístico.

Segundo Brambillia, as redes sociais operam também no sentido de ampliar a rede de relacionamentos de seus usuários, além se apresentarem mais efetivas comparadas aos comerciais de TV, por exemplo. “Ao explorar o potencial da rede, os movimentos tendem a disseminar determinada mensagem com mais eficiência e credibilidade”.

Ela cita o exemplo de um convite feito por um amigo pelo Facebook para participar de uma manifestação, comparado há uma matéria publicada em um determinado jornal. Nesse caso, o impacto do boca a boca na rede foi maior. “Uma coisa é eu saber através do jornal que um grupo x vai fazer um protesto na Faria Lima em tal dia, em tal hora. Outra coisa é o meu amigo, que senta do meu lado no trabalho me convidar, através do Facebook dele, ‘Um amigo de um primo meu me disse que vai ter um protesto ali na Faria Lima. Vamos participar também?’”.

Para a jornalista, apesar das redes sociais proporcionarem a possibilidade dos manifestantes se expressarem mais efetivamente suas ideias, demandas e reivindicações, ela ainda não foi explorada em sua totalidade. O desejo de criar uma conexão mais efetiva entre os usuários dessas plataformas ainda precisa ser mais aprimorado.

“Não chegamos à uma exploração efetiva, adequada, concreta desses meios sociais para fazer, de fato, um jornalismo que não tenha mais essa visão de ‘mundo ideal’, inclusive ao nos referirmos ao jornalismo colaborativo, de não termos mais essa visão de emissor e receptor, mas de que o jornalismo fosse um grande diálogo, organizado, com níveis de hierarquia”.

Ao agregar uma determinada quantidade de pessoas no espaço virtual, as redes sociais também foram importantes para gerar um registro informacional histórico do que aconteceu durante os protestos, seja ele fotográfico, audiovisual ou mesmo textual.

As redes possibilitaram que informações referentes às mobilizações pelo transporte público e a Copa das Confederações em 2013 e também contra a realização da Copa do Mundo no Brasil este ano, sofressem um processo de organização mais dinâmico do que aquele visto nas ruas durante estes dois períodos.

Ao transcender fronteiras espaciais e temporais que estão presentes em um espaço territorial delimitado, como o espaço público, por exemplo, as redes sociais oferecem ao manifestante a oportunidade dele ter uma voz mais ativa dentro do processo de comunicação. O manifestante tende a interagir e compartilhar seus interesses não só com indivíduos com o grupo que melhor se identifica, mas também com outros grupos, com demandas e reivindicações distintas.

Contudo, isso só foi possível em razão da influência que os meios de comunicação tiveram sobre as redes sociais, ao pautarem, desde em alguns momentos das mobilizações, assuntos que mais tarde seriam temas de mobilizações futuras, como o Caso Amarildo, a PEC 37, Fora Renan, por exemplo. “A imprensa logo percebeu a projeção que o espaço virtual proporcionava nesse sentido e soube aproveitar o crescimento e poder desses instrumentos para influenciar a circulação de toda e qualquer informação de seus interesses.”, ressalta a jornalista.

Especialistas no campo das ciências políticas avaliam essa influência dos meios de comunicação sobre as redes sociais e alertam para a continuidade desse fenômeno.

Em uma coletânea de artigos publicada em 2013, intitulada Cidades Rebeldes - Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil, o sociólogo Lincoln Secco acredita que a grande mídia ainda pauta

tudo o que acontece nos debates e rumos das ruas. Para ele, a internet adiciona a voz de quem não tem espaço para tal, no entanto o canal não é suficiente para que exista um diálogo de fato, uma vez que a mídia vai determinar o que é e o que não é diálogo e voz representativa. “A internet é também um espaço de integração entre indivíduos mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela ‘inteligência’ dos governos”.

Henrique Soares Carneiro, historiador e doutor em História Social pela USP cita - em outra coletânea intitulada “Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas” - a Primavera Árabe, ao dizer que as revoltas daquele período histórico aconteceram como “catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores”.

Em relação ao número de pessoas que aderiam aos protestos em Junho de 2013 e nos meses que se seguiram, redes sociais como o Facebook e o Twitter registraram um crescimento considerável das suas atividades.

De acordo com o site de monitoramento Topsy, houve um acréscimo de 10 mil tweets com a hashtag #changebrazil no micro blog nos dois primeiros dias dos protestos (6 e 7 de Junho). Entre os dias 16 e 19 de junho, a participação na rede atingiu seu ápice, com quase 170 mil perfis participam das discussões, sendo que São Paulo reuniu 250 mil pessoas nas ruas da capital. Um número consideravelmente alto, comparado com outros temas que foram destaque nos meses anteriores.

Já a rede de Mark Zuckerberg, que em 2012 registrou 64,8 milhões de contas ativas no Brasil, saltando da quarta para a terceira colocação em um ranking dos países que mais fazem uso do Facebook, foi a preferida dos usuários por apresentar a estrutura ideal para a postagem de fotos, vídeos e textos mais longos, além de criação de grupos para debates e eventos para marcar encontros.

“Essa versatilidade de organização dos protestos presente de forma tão intensa nas redes sociais teve influencia direta do uso e aproveitamento constante que elas tiveram ao longo dos protestos pelos manifestantes”, essa é a avaliação do professor da Universidade



“A partir do momento que você tem uma rede livre, distribuída, descentralizada que te dar poder, não só um veículo de comunicação para uma pessoa, você acaba distribuindo seu interesse também”

Rafael Sbarai, editor de mídia social da revista *Veja*, falando sobre o uso das redes sociais como canais de organização das manifestações de Junho.

Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ) e cientista político, Ricardo Emanuel Carvalho.

Segundo ele, até a mensagem “Vêm pra rua, vêm contra o aumento!” divulgada exaustivamente em diversos cartazes durante os protestos, funcionou como um convite direto ao incentivar a participação daquelas pessoas que ainda acompanhavam as mobilizações pelas redes sociais ou pela TV.

O cientista aponta para o fato desses instrumentos virtuais quebrarem a existência de uma burocratização da comunicação que havia no passado, quando a internet não tinha a mesma força que tem hoje. “Na minha geração era necessário haver muitas reuniões, planejamento e discussão para colocar “o carro na rua”. Essa ‘burocratização’ da organização da manifestação em si tornou inexistente”, explica.

Mesmo assim, ainda há um longo caminho para que haja uma universalização do uso das redes, pois grande parte da população ainda se informa sobre esse e outros assuntos por meios de comunicação de massa, como o rádio, TV e impresso.

Após a adoção de políticas públicas em relação à inclusão digital, um vasto número de pessoas consegue ter acesso mais rápido e barato a internet, desde questões mais pontuais como os antigos “Cyber-Café” e as lanhouses, onde se cobra pelo uso da internet, até questões mais precisas, como a baixa no preço de computadores que possam fazer o seu papel de integração ao mundo virtual.

Outro ponto remete às questões do preconceito contra essa inclusão digital, contrastando como a diversidade cultural que faz parte da cultura do Brasil. A mídia social Instagram é um exemplo disso. A partir do momento em que o programa passou a ser aceito também pelo sistema operacional Android, e não mais exclusivo da Apple, muitos usuários mais antigos começaram a reclamar e demonstrar um enorme preconceito contra o que eles chamavam de “orkutização do instagram”, em referência ao modo como as camadas sociais se relacionavam no Orkut. O medo de que aquele espaço, antes habitado por pessoas de alto poder aquisitivo, fosse dominado por camadas mais “dominadas” foi grande o suficiente para evidenciar esse preconceito digital.

Foi assim no caso do “Churrasco da gente diferenciada”, no dia 14 de abril de 2011. O caso ficou famoso por envolver um dos bairros mais elitizados de São Paulo, Higienópolis, onde uma moradora se declarou ser contra a construção de uma linha do metrô na região da Avenida Angélica, pois, segundo ela, o metrô atrairia mendigos, bêbados, drogados e uma gente diferenciada a região. O que seguiu às declarações foi o que consideramos como o início de um movimento que desembocou em junho de 2013. Muitos indignados resolveram usar as armas das redes e decidiram convocar o “churrasco da gente diferenciada”, exatamente no ponto onde seria construída a estação do metrô. O evento reuniu mais de 600 pessoas (há indícios da reunião de mais de 4000 pessoas, em 4 pontos da cidade, se reunindo no final da tarde) onde houve uma grande concentração de pessoas. Foi algo como um grande “churrasco na laje”, contrapondo e inflamando o discurso de moradores mais conservadores. O governo paulista, claramente movido pela elite, cedeu às pressões dos amedrontados (como se estivesse tratando da criação de presídios em cidades interioranas, aliás, um problema muito grande da gestão Geraldo Alckmin) e transferiu o projeto de estação para outro ponto, onde as reclamações seriam menores.

Há, além das camadas do preconceito, o eterno flerte com o fascismo e o reacionarismo, onde muitos usam as redes para praticar

terrorismo contra o que eles acusam ser a “ameaça vermelha”, quase que numa evocação dos períodos de Guerra Fria. Junho deixou esse campo bem marcado e nos mostrou como a desinformação é um mal crescente na sociedade. Apesar de toda essa facilidade no acesso ao que acontece, muito do que é replicado e viralizado contém uma carga excessiva de erros e informações “marginalizadas”, o que no jargão jornalístico podemos entender como uma eterna “barriga”. A checagem da informação, uma necessidade jornalística constante, é banalizada pelos que agem por interesses próprios. O ódio ao PT, ao Lula, a Dilma e tudo o que deles provém é algo que nem os próprios atacantes sabem distinguir ao certo.

Dentro das redes eles atuam de modo urgente e prontos ao embate regado do discurso primário classista. Seus alvos são o bolsa-família, o “imminente” levante comunista, a falta de inteligência de Lula e seus aliados, “os petralhas”, a corja do mensalão e por aí vai. Estes, os “coxinhas” (como são conhecidos nas redes) foram os que saíram às ruas e exigiram a saída das bandeiras políticas dentro dos atos contra a passagem. Foram eles quem (ironicamente) incitaram a violência contra todos aqueles que usassem peças vermelhas no seu vestuário. É uma parcela quase que invisível, mas que faz e impõe sua presença de modo substancial dentro dos movimentos.

Não podemos esquecer-nos de mencionar outros grupos que, apesar de manterem uma base sólida fora das redes, ganha cada vez mais adeptos e simpatizantes, como a Marcha da Maconha, a Marcha das Vadias, a Bicicletada, o Ocupe São Paulo, o próprio MPL e outros tantos que nasceram de pequenos grupos dentro da rede, ganhando destaque e dando visibilidade às suas reivindicações e questionamentos, de modo que hoje são um espelho para outros tipos de organizações sociais.

O debate das redes deve continuar seguindo entre os espaços que a elite ocupa e o conseqüente grupo que ascende nas classes sociais, em número incomparavelmente maior. A inclusão digital e social deixou essas linhas classistas ainda maiores, escancarou uma questão que foi escurecida por algum tempo, e num mundo em redes esses pontos se tornam gritantes. É como dizem os entusiastas do Facebook: A revolução será orkutizada.





Os Desafios Atuais da cobertura jornalística

Os protestos de Junho revelaram um modelo de negócio midiático ultrapassado e que precisa repensar, o quanto antes, sua cobertura jornalística.

O início das manifestações no segundo semestre de 2013 sacudiu o país a ponto de fazer com que um debate em torno do tema fosse mais recorrente, tanto da população quanto dos meios de comunicação ao interpretar o significado desse fenômeno que adquiriu forma, consistência e força no âmbito virtual e preencheu as ruas de tal forma que mesmo profissionais ligados ao campo das ciências humanas tiveram dificuldades para compreendê-lo, em um primeiro momento.

No intuito de acompanhar e cobrir as manifestações, onde o MPL (Movimento do Passe Livre) teve papel fundamental para as ruas das principais capitais do país fossem tomadas por centenas de brasileiros indignados com o reajuste da tarifa do transporte público, a grande imprensa, composta por jornais de prestígio como o Estado e a Folha de São Paulo e outros veículos interpretaram aquele momento como indiferença ao deslegitimar em suas manchetes um movimento que reivindicava apenas a gratuidade e o livre circular pelas cidades, mas também fazia uma crítica a situação precária que o transporte público vinha apresentando pela omissão do Estado.

Mesmo com suas limitações de tempo e espaço, os grandes veículos de comunicação, como emissoras de TV, Rádios, jornais, revistas e até o jornalismo praticado na web não se mostraram interessados

em retratar os protestos como algo positivo no exercício da democracia, muito pelo contrário, a maioria fez uma leitura prioritariamente exclusivamente baseada no reforço de um sensacionalismo, apoiado na incitação da coação do ódio e da violência. Enquadramentos que priorizavam, definiam e classificavam os manifestantes como “baderneiros”, “vândalos” e outros adjetivos do tipo foram bastante comuns no início das manifestações.

Ao perceber que a cobertura da grande imprensa não estava mais correspondendo aos anseios da população em oferecer uma visão mais próxima do que os participantes dos movimentos presenciavam nas ruas, eles fizeram uso das redes de uma série de ferramentas tecnológicas, como o celular, por exemplo, e das redes sociais para mostrarem sua própria interpretação das ruas, vista pelos olhos de quem estava reivindicando seus direitos como cidadãos. Enfim, esses indivíduos passaram de meros coadjuvantes aos principais persona-



“A estrutura tradicional do jornalismo está condenada”.

Lino Bocchini, jornalista da Carta Capital se referindo à cobertura da imprensa durante os protestos de Junho.

gens nesse processo informacional do clássico emissor/receptor, pois sua autonomia de produção de conteúdo tornou-se uma realidade cada vez mais concreta.

Em meio a todo esse processo, surgiu um coletivo de comunicação que se ganhou bastante visibilidade por parte da população e também dos veículos de comunicação. À medida que o Mídia Ninja se propôs cobrir as manifestações transmitindo-as em tempo real pela internet, o coletivo ganhou notoriedade pela sua agilidade frente aos demais meios de comunicação, forçando-os a refletir sobre um debate que vem sendo pauta recorrente no campo da comunicação: a antecipação de noticiar um fato.

Formado em 2011, o Mídia Ninja (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação) rapidamente ganhou visibilidade nos meios de comunicação por se apresentar como uma nova proposta de cobertura jornalística que, comparada com as realizadas pela imprensa mais tradicional, também relevou suas qualidades e seus defeitos.

A primeira vista, o que diferenciou o coletivo dos demais veículos de comunicação foi a transmissão de informações em tempo real, algo que veículos televisivos e jornais impressos demoraram em realizar naquele momento, seja porque da grade de programação televisiva nas emissoras de TV ou rádio já não tinham espaço para esse tipo de cobertura ao vivo. O aparelho celular, por exemplo, se mostrou uma ferramenta eficiente na cobertura dos atos, devido a sua portabilidade e facilidade de uso, enquanto que o aparato teórico (conhecimento e teoria jornalística) e prático (câmeras, microfones, gravadores) desenvolvido e aperfeiçoado pela imprensa ao longo do tempo, perdeu espaço.

Isso também evidenciou um debate em torno da questão da edição de matérias e reportagens veiculadas na imprensa após a realização de cada protesto. A cobertura apresentada pelos veículos de comunicação entrou na pauta dos protestos com bastante intensidade e trouxe a tona um velho e conhecido conceito defendido pela imprensa tradicional: a imparcialidade jornalística.

Ao demonstrar uma atuação no campo jornalístico vinculado à defesa de movimentos sociais e mais próximos de temas relacionados aos direitos humanos, o Mídia Ninja revela o público-alvo para o qual sua cobertura é direcionada.

Gestora do coletivo desde 2006, Dríade Aguiar define o coletivo como “uma rede de comunicadores livres pelo país, que se organiza de forma colaborativa e autônoma e têm atuação em várias áreas, principalmente focando no jornalismo interativo e colaborativo 24hs em tempo real”.

Segundo ela, essa organização de forma colaborativa e autônoma é fruto de um debate que vem ocorrendo entre ela e outros jornalistas e da presença da Rede Fora do Eixo, responsável por organizar eventos culturais no Brasil e na América Latina, foi criada.

Porém, o financiamento do coletivo ainda gera dúvidas sobre a independência do grupo. A ligação de Pablo Capilé, produtor cultural, com partidos políticos e atores políticos, como o PT (Partido dos Trabalhadores) gera dúvidas sobre o financiamento do Fora do Eixo e o teor “independente” defendido pelo Mídia Ninja.

Essa aproximação e relativa dependência do coletivo com o Fora do Eixo evidenciou mais do que um interesse político - deixou claro que o Mídia Ninja, mesmo apesar de parecer uma iniciativa bem-vinda para reforçar um processo de pluralização dos meios de comunicação, trazendo um novo olhar para a cobertura jornalística, derrapa em um discurso singelo, seja por consolidar-se por trás de uma equipe que produz informações textuais e imagéticas semelhantes das produzidas por profissionais de veículos já consolidados na área do jornalismo.

Em entrevista concedida ao programa Roda Viva da TV Cultura no dia 05 de Agosto do ano passado, Pablo Capilé e Bruno Torturra, membros do Mídia Ninja afirmaram que o Fora do Eixo recebe de 3 à 5 milhões de reais por ano, sendo que cerca de 7% desse valor são provenientes de recursos públicos.

Porém, após divulgação na internet de uma planilha que contabiliza os gastos do Fora do Eixo, os valores citados anteriormente por Capilé apresentam uma clara contradição. Segundo informações publicadas no blog do colunista e jornalista Reinaldo Azevedo, só em 2012, a rede de coletivos capitalizou 25.312.930,96 oriundos de recursos concedidos pelo Poder Público para a manutenção de 124 projetos culturais. Feitos com base na Lei Rouanet, responsável por promover as expressões culturais nacionais por



"Algo que ficou escancarado, pelo menos durante os protestos do ano passado, foi que a mídia, como um todo, é um agente político"

Piero Locatelli,
reporter da Carta
Capital

meio de incentivos fiscais, as solicitações tiveram captação máxima na maior parte dos projetos.

Com 250 mil curtidas na página oficial do coletivo no Facebook e 26,7 mil seguidores no Twitter, o Mídia Ninja foi, aos poucos, aumentando seu raio de influência sobre os internautas e assumindo também um caráter mais institucionalizado ao desenvolver sua própria identidade dentro e fora da rede. A informação, postada em tempo real pelo coletivo, até pode ser um passo frente aos demais veículos de comunicação, mas ainda carece de um melhor aprofundamento, devido a instantaneidade do conteúdo produzido cotidianamente pela cobertura de seus integrantes.

Apesar disso, Dríade ainda vê o Mídia Ninja como um modelo que, ao priorizar uma “estética mais verdadeira” da cobertura de determinados acontecimentos, como os protestos de Junho, aproximou o internauta do “calor do momento” que até então apenas os manifestantes tinham contato durante aquele instante de efervescência das ruas.

A atualização constante da página do grupo no Facebook, com textos e fotos, acompanhada pela transmissão ao vivo dos atos pelo TwitCasting contrastou com o modelo tradicional de cobertura da imprensa convencional, que precisou correr contra o tempo, caso contrário ficaria em desvantagem naquele momento.

Enquanto o Mídia Ninja preenchia um espaço que os grandes veículos de comunicação estavam deixando de aproveitar, a grande imprensa percebeu que precisava, urgentemente, se reinventar, repensar sua cobertura e, acima de tudo, seu modo de praticar cobrir os acontecimentos de uma forma que se aproximasse do que realmente acontecia nas ruas durante aquele período.

Anseios, esses, que vieram a tona com certa intensidade a partir do momento em que a imprensa, por meios das manchetes de jornais, revistas, chamadas nos portais de notícias revelavam, em um primeiro momento, um posição desfavorável aos atos e também aos manifestantes que os compunham. Porém, em um segundo momento, após a truculência da polícia militar se tornar mais evidente, os veículos recuaram e assumiram outro posicionamento, agora defendendo as manifestações como um direito legítimo de todo cidadão.

Repórter pela Carta Capital, formado em Jornalismo pela USP (Universidade de São Paulo), Piero Locatelli, 27, esteve presente durante as manifestações de junho e avalia que a cobertura da imprensa durante os atos do MPL apresentava-se, desde o início até seu fim, de forma prioritariamente política.

“Algo que ficou escancarado, pelo menos durante os protestos do ano passado, foi que a imprensa operou, sobretudo, como um agente político.” Cada veículo possui suas particularidades, mas todos agem politicamente. Como se fosse mais ou menos assim: ‘Vou dar mais visibilidade para isso para que essa coisa ganhe mais ou menos destaque ou proporção’ ou ‘Vou tentar colocar essa pauta porque me interessa’.

Para ele, a principal mudança que a mídia brasileira precisa fazer no atual momento é abandonar um discurso baseado única e exclusivamente na imparcialidade e pluralidade do seu trabalho como instrumento formador de opinião.

“Seria mais fácil admitir que não há imparcialidade, que há uma visão, um posicionamento político por trás de cada veículo. Entretanto, alguns veículos procuraram quebrar essa tendência, como por exemplo, a Folha, o Globo ou o Jornal Nacional que elaborou editoriais se defendendo das críticas da população. Então, acho isso é, sem dúvida alguma, um primeiro passo para que a imprensa tenha uma relação melhor com seus leitores, ouvintes, internautas, telespectadores.”

Após o terceiro ato do MPL contra o reajuste da tarifa do transporte, o jornal Folha de São Paulo publicou um editorial intitulado “Retomar a Paulista”, no qual condena o quadro de manifestações realizadas desde o dia 6 de Junho. O periódico se baseia em argumentos pouco convincentes, além de sugerir, claramente, que a Polícia Militar “intervenha” nos atos.

Trechos como “Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na Avenida Paulista” ou “O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir” apenas instigaram a repressão do Estado contra a liberdade de expressão do recente das mobilizações.

Entretanto, após o protesto do dia 13 de Junho, no qual essa mesma repressão alcançou níveis mais altos e a polícia militar agrediu manifestantes, civis e jornalistas, o que se via no dia seguinte, estampado nas manchetes dos jornais que antes apoiaram essa corporação foi uma completa mudança do discurso.

O título “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos”, acompanhado de duas fotos bastante ilustrativas do dia anterior, onde se vê uma mulher sendo empurrada por dois policiais militar e outra da jornalista da TV Folha, Giuliana Vallone atingida no olho por uma bala de borracha mostrou uma publicação incrível, que provava do próprio veneno.

Entretanto, não foi apenas esse episódio o responsável por promover essa reviravolta na cobertura de um meio de comunicação. As críticas da opinião pública também foram outro catalisador essencial para que os veículos de comunicação adotassem mais cautela em seu discurso, tanto nos seus editoriais quanto em suas matérias, reportagens e artigos de opinião.

A crescente perda de credibilidade dos veículos para com a sociedade brasileira é consequência dos veículos enxergarem apenas o fato imediato, ou seja, ao classificar a manifestação como parte de um movimento isolado, ou mesmo como um único grupo sem causa comum, eles tenderam não avaliar suas causas ou as responsabilidades dos governantes perante as reivindicações dos manifestantes.

“A proporção que os protestos foram tomando ao longo de junho e dos meses que se seguiram fez que com houvesse uma reconfiguração da imprensa na sua forma de cobri-los.”, analisa Gabriel Prado, 30, formado em Jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, na época repórter da Rádio Bandeirantes.

Para ele, “a imprensa pecou no começo, porque agiu do mesmo modo que as autoridades, tratando os manifestantes como ‘vagabundos’ que estavam nas ruas sem fazer nada”.

Quando os meios de comunicação perceberam que as manifestações foram, aos poucos, ganhando volume, alteraram seu discurso após o reajuste da tarifa ser revogado. “Isso só mudou e inverteu a própria opinião dos veículos sobre aquele fato depois que a passagem, de fato, baixou de valor. A imprensa não acreditava no poder dos manifestantes até a redução do valor da tarifa se tornar uma realidade”, analisa.



Lino Bocchini relembra e reforça o momento atual vivido pelos veículos de comunicação, inclusive pela Carta Capital, onde atua como jornalista e editor de mídia online da revista. Segundo ele, o maior desafio durante os protestos era entender o que estava acontecendo e a imprensa, nesse momento, era o canal que a população buscava por respostas.

“Ao mesmo tempo em que a imprensa funciona como uma espécie de bússola, onde a população procurava buscar uma análise ou algum entendimento. Nós estávamos no meio do furacão, geograficamente inclusive. Houve dias, quando estávamos preparando o fechamento do jornal, tivemos que fechar as janelas da redação por causa do gás lacrimogêneo. Enfim, a coisa fugiu do controle e tomou uma proporção maior do que se imaginava”, observa.

Porém, o mesmo entendimento, buscado cotidianamente pela população transformou-se em frustração, pois apesar do chocalhar proporcionado pelo movimento das ruas sobre a imprensa convencional, muitos veículos ainda mantinham sua “ideologia” mascarada pelo discurso da “imparcialidade”.

Lino desmitifica essa visão da mídia, principalmente a brasileira, pois considera todos os veículos politizados, sem exceção. Para ele, essa politização da imprensa não deixa claro os interesses políticos que existem dentro dos veículos, seja qual for.

“É uma balela essa história de imparcialidade. É óbvio que você vai buscar no seu texto, caso seja um texto jornalístico e não um texto de opinião, uma informação mais precisa possível, ao que você considera realidade. Por trás de um título, foto ou *lide*, há uma escolha. Se os veículos falassem quais são suas posições, sem dúvida alguma, o jogo ficaria melhor.

Marco das Comunicações

Questões referentes, por exemplo, à democratização da comunicação, às concessões públicas de veículos ou até mesmo sobre o conhecido Marco Regulatório das Comunicações são temas recorrentes na imprensa, porém ainda pouco debatidos e que evidenciam esse jogo político da mídia.

Criado como uma alternativa para trazer maior pluralidade e diversidade para os meios de comunicação, o Novo Marco Regulatório das Comunicações tornou-se um passo importante no sentido de tornar a comunicação um direito do cidadão.

Em pauta desde o Governo Lula, o tema ainda é recebido com resistência por conglomerados de comunicação, como por exemplo, a Rede Globo, que possui o controle de diversas plataformas, dentre elas: rádio, TV, jornal, portais.

Devido a polêmica em torno do tema, a CONFECOM (Conferência Nacional de Comunicação) tem se mobilizado para defender a liberdade de expressão na mídia e com o apoio do FNDC (Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação), essa mobilização tem ganhando força. A entidade aposta em algumas propostas para que o Marco alcance seu objetivo de “popularizar o debate sobre a comunicação”.

Dentre elas, estão a busca pela “pluralidade de ideias e opiniões”, que virá com a promoção e fomento da cultura nacional em sua diversidade e pluralidade de ideias e opiniões.

Tendo em vista esses princípios, a mídia tende a apresentar uma diversidade cultural, étnico-racial mais abrangente e distinta, pois essa “pluralidade” estará presente na forma de novas concessões públicas, que por sua vez, tendem a se transformar em novas alternativas midiáticas para o tele-espectador, como no caso de uma emissora de TV.

Porém, sem a participação direta da população e o engajamento de setores da sociedade civil organizada, o cenário composto pelos grandes conglomerados de comunicação tende a prevalecer e se intensificar, fazendo com que o conceito de informação livre não seja alcançado em sua plenitude.

Em um texto publicado pelo Coletivo Brasil de Comunicação Social ou Intervezes na revista Carta Capital no dia 4 de Julho de 2013, redigido por Helena Martins, jornalista e editora da TV Brasil e intitulado “O debate por uma imprensa mais próxima do povo”, expõe a fragilidade da cobertura de uma emissora de TV frente à uma tentativa de “direcionar” um recorte dos atos que contribuía para



"Há uma crise de protagonismo e de mediação no Jornalismo contemporâneo."

Driade Aguiar, gestora do Mídia Ninja

uma compreensão parcial do significado da presença de movimento social das ruas. Ele segue apontando para uma suposta negligência do Governo Federal diante de uma proposta concreta e eficaz para que a democratização das comunicações seja debatida de forma mais aberta com a população.

Transmitido em rede nacional de TV no dia 21 Junho após a intensificação dos protestos, o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff não citou esta questão referente à democratização da comunicação, pois se restringiu apenas ao lançamento de cinco pactos, que abrangiam investimentos em mobilidade urbana, saúde, educação e uma promessa de reforma política.

Com o tema sendo conduzido de forma omissa pelos governos, a ideia de uma democratização dos meios de comunicação no país tende a caminhar a passos lentos; fatos e acontecimentos do cotidiano continuarão a ser noticiados com o mesmo enfoque pelos veículos de imprensa, mesmo que alguns apresentem uma aparente, mas falsa variedade pluralidade de informações, isso não se significa necessariamente que haverá um prevalência de pontos de vista diferentes.

Foi exatamente isso que a população viu durante os protestos de Junho: uma polarização iminente da grande imprensa, com pouca ou

quase nenhuma análise mais aprofundada daquele momento histórico protagonizado pela sociedade civil e um alinhamento político-ideológico que contrastou diretamente com as vozes das ruas.





Liberdade de expressão ameaçada: o autoritarismo da PM

A polícia militar revela suas limitações ao agir como um órgão repressor do Estado, ao invés de garantir a eficiência segurança pública

Criada inicialmente com o propósito de zelar pela segurança do cidadão comum e garantir a manutenção da ordem, a instituição policial, tal como a conhecemos hoje, com suas ramificações e divisões, sofreu diversas transformações ao longo dos séculos para se adequar as necessidades do Estado e da sociedade. A partir do momento em que o homem passou a viver em sociedade, tornou-se necessário a criação de mecanismos que envolvessem disciplina e organização da sociedade civil.

Mais tarde nasceu o Estado, órgão responsável por administrar e gerenciar o âmbito destinado à polícia, que utiliza um arranjo especial de leis que regulam dois princípios básicos: o direito à liberdade e propriedade.

No Brasil, o surgimento das Polícias Militares teve início com forças policiais, que hoje contemplam cinco instituições policiais diferentes: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e Polícia Civil do Estado.

A primeira atua diretamente com a União, representante do Governo Federal e da República Federativa do Brasil e tem como uma de suas funções primárias, apurar infrações penais contra a ordem

política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas. A segunda, subordinada ao Ministério da Justiça, restringe-se a coibir crimes e infrações nas rodovias e estradas federais do Brasil, além de monitorar e fiscalizar o tráfego de veículos.

A terceira, por sua vez, é classificada como a força de segurança pública que tem como missão, segundo o artigo 144 da Constituição de 88, preservar a ordem pública nos Estados Brasileiros e no Distrito Federal.

Criada em 1808 no Rio de Janeiro e posteriormente tendo suas atividades distribuídas em outros estados do Brasil, a Polícia Civil desempenha mais de uma função: preservação da ordem pública e do patrimônio, além de atuar na condição de Polícia Judiciária, ou seja, ela promove investigações criminais relacionadas a prática infrações penais. Além disso, elas integram, segundo mandamento constitucional, o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social brasileiro.

Durante o período do Brasil Imperial, após o país ter sua declaração da independência proclamada por D. Pedro I, cada estado brasileiro possuía suas próprias milícias, compostas por soldados de polícia, que eram subordinados tanto aos presidentes e governadores, e variavam entre “brigadas policiais”, “brigada militar”, “força pública”, entre outras denominações.

O termo “polícia militar” só veio se estabelecer após uma série de mudanças que ocorreram antes do Golpe Militar de 64, cujo qual foi deposto o então presidente João Goulart. Com o objetivo de evitar qualquer possibilidade de sublevação das corporações policiais, o governo militar decidiu extinguir as Guardas Cívicas e impôs normas fiscalizadoras do Exército sobre as Polícias Militares, com o intuito de nomear oficiais do Exército para comandá-las em todos os Estados brasileiros, bem como a ideia de deixar absolutamente todo tipo de cargo público nas mãos de militares ou pessoas de confiança dos militares no poder.

Entre as forças militares mais antigas do país estão a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Ambas atuavam como protetoras de riquezas minerais, como as minas de ouro descobertas na região de Vila Rica (atual Ouro Preto) e Mariana na cidade mineira e

no Rio de Janeiro, com a proximidade da vinda da família real portuguesa para o país, em 1809, durante o reinado de D. João VI.

Segundo informações da assessoria de imprensa da PM, atualmente, a maior Corporação policial militar em atividade é a Polícia Militar do Estado de São Paulo que conta com cento e trinta mil integrantes. A Corporação possui unidades especializadas como o Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE), a Companhia de Rádio Patrulhamento Aéreo (CORPAER), o Batalhão de Polícia de Eventos (BPE), antigo Batalhão de Choque, o Policiamento Montado, que é desenvolvido pelo Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes (RCAT), o Policiamento Rodoviário, o Policiamento Ambiental, os Postos Móveis de Policiamento Preventivo (PMPP) e o Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas (ROTAM).

No entanto, há controvérsias. A Folha de São Paulo, no dia 10 de abril de 2014, publicou uma matéria contestando este número. De acordo com a matéria, a PM passou a creditar como policial de rua todo tipo de funcionário da corporação, o que inclui atendentes do 190, mecânicos, assessores de imprensa, equipes do departamento pessoal, entre outros da ala burocrática da PM. Isso se deu após uma recomendação do TCE (Tribunal de Contas da União) em 2012, alertando para que a PM aumentasse o número de efetivos na rua, para não correr o risco de ter mais funcionários no escritório do que nas ruas. A fórmula passou a ser adotada pela PM paulista e vendida, de forma massiva, sem as devidas explicações.

Usada como um mecanismo de repressão durante a ditadura militar, a polícia tornou, de forma controversa, um elemento censor da liberdade de expressão e de imprensa pelos militares que estavam no poder durante o período conturbado pelo qual o Brasil passava.

Sob rígido controle do seu conteúdo, os meios de comunicação pouco podiam fazer diante desse cenário. A única alternativa para manterem suas atividades era silenciar sua produção jornalística, evitando críticas ao regime, caso contrário, sofreriam intervenções e teriam suas redações interditadas e fechadas.

O mesmo ocorreu com grupos organizados de esquerda, contrários à ditadura, como a UNE, ALN, AP (Ação Popular), o PCB e os partidos dissidentes como o Pcdob e PCBR, o MR-8, a Colina e muitos

outros que tiveram seus membros perseguidos, capturados e torturados dentro de quartéis, como o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna) criado em 1964 e fechado posteriormente em 1985 e o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que abrigou um dos mais temidos delegados da ditadura, Sergio Paranhos Fleury.

O fim desse período de turbulência política e social que o país atravessava, foi suficiente para revelar um órgão que, ao invés de garantir e preservar a segurança pública do cidadão agiu contra seu direito constitucional do mesmo em se manifestar contra o Estado. Elio Gaspari mostra, na saga intitulada “Ilusões Armadas” - sobretudo no primeiro livro “A Ditadura Envergonhada” - que após o golpe de 64 o governo começou a perder o controle das delegacias de polícia e quartéis do exército, uma vez que a insubordinação tornou-se algo corriqueiro e absolutamente “aceitável”. Os atentados contra o governo passaram a ganhar mais peso do que os casos de insubordinação, onde os civis passavam pelos rituais de tortura militar e alguns começaram a morrer no cárcere. Até 1968, antes do AI-5, alguns jornais, sobretudo o Correio da Manhã, denunciavam as torturas e davam voz aos torturados, de modo que a opinião pública tomava consciência (ainda que de forma acanhada) do que acontecia nos porões da ditadura e forçava o governo militar abrir inquéritos de averiguação das denúncias, todas negadas pela corte militar e sem prisões dos responsáveis. Após o AI-5 a tortura é praticamente legalizada e mordaza passa a vigorar entre os órgãos da imprensa e de outros setores da sociedade.

Durante os protestos de Junho de 2013 no Brasil, tornou-se clara a truculência e despreparo da polícia em lidar com as manifestações e os manifestantes. Os atos, nos quais, o MPL esteve presente, ganharam tamanha proporção numérica, que até mesmo o Estado e a PM tiveram dificuldades em controlá-los, tampouco manter um diálogo, que logo foi substituído por bombas de efeito moral, balas de borracha, de um lado e paus, pedras, bombas caseiras e barricadas de lixo, de outro. Esse foi o cenário visto durante o dia 13 de Junho, quarto dia de manifestações pela redução da tarifa do ônibus, onde o foco de violência se deu na Rua da Consolação, Centro de São Paulo.

Nesse dia foram detidas mais de 200 pessoas, dentre elas, manifestantes e profissionais da imprensa. A jornalista da TV Folha, Giuliana Vallone, atingida no olho por uma bala de borracha e Piero Locatelli,



preso por porte de vinagre, foram alguns desses personagens, que revelaram uma corporação que ainda traz consigo os resquícios de um autoritarismo semelhante ao da ditadura vivida pelo país 50 anos atrás.

Segundo Piero, as manifestações só evidenciaram “um comportamento de regra [da PM] que ficou mais aparente naquele momento [dos protestos]”. Na ocasião, enquanto trabalhava na cobertura do quarto dia dos protestos na capital paulista, o jornalista foi abordado por dois policiais militares em frente a sede Prefeitura, que revistaram sua bolsa e depois o encaminharam para o 78º DP, na região dos Jardins, zona oeste de São Paulo.

“Hoje nós temos uma polícia militar, que está completamente despreparada para lidar com o mundo em geral, possui um preparo que não condiz com uma ordem democrática. Quando essa polícia lida com essas formas de organização, ela age na base da repressão, pois é treinada para agir dessa forma”, avalia o sociólogo e professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado de Minas Gerais, Fernando Perlatto.

Segundo ele, tudo começa a partir do momento que o policial recebe o treinamento militar ao considerar tudo e todos como potenciais inimigos. No caso, dos protestos de Junho, não houve uma distinção entre quem era manifestante ou não. “Simplesmente quem estava no meio da massa, seja jornalista, manifestante ou Black Bloc já se tornava um potencial alvo da PM”, completa o sociólogo.

Já o jornalista da Globo News, Gabriel Prado, que na época cobriu os protestos como repórter da Rádio Bandeirantes em SP, atribui a violência policial à uma série de fatores, como por exemplo, a mal remuneração do policial militar, o excesso de trabalho e à sucessiva exposição a situações de tensão, como os protestos. “Eu estava lá no meio [dos protestos] e vi muita gente desrespeitando os policiais que estavam apenas cumprindo com o trabalho deles. Só que a gente tem que entender que o policial trabalha dobrado, ganha mal, às vezes estoura o horário do expediente dele. Submetido a essas condições, esse policial também está vulnerável psicologicamente. Por isso, ele age sem razão, usando o excesso de força”.

O piso salarial de um policial militar varia de acordo com a região aonde ele atua. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança

Pública de 2013, na cidade de São Paulo, por exemplo, o salário da categoria gira em torno de 3 mil reais. O Estado ocupa a 6º colocação em um ranking de salários, ficando apenas atrás de Rondônia (R\$ 3,109,00), Goiás (R\$ 3,276,58), Santa Catarina (R\$ 3,806,63), Distrito Federal (R\$ 4,122,05) e Paraná (R\$ 4,838,98).

Entretanto, mesmo que a remuneração “valorize” o profissional, esses estados ainda se apresentam como os mais violentos do país, tendo em vista a taxa de homicídios dolosos e suas respectivas posições em assassinatos. Mesmo com o segundo piso mais alto, o Distrito Federal, por exemplo, ainda ocupa a posição de 9ª estado mais violento no país. São Paulo, por outro lado, aparece na 25ª colocação.

Em relação a número de horas trabalhadas por dia, um policial militar precisa cumprir uma jornada de 40 horas semanais, ou seja, 8 horas por dia. Esses dados são referentes à Março de 2014 e foram fornecidos pela Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo.

Contudo, essa cultura da violência policial não se restringe apenas a esses fatores, apesar deles ainda fazerem uma diferença considerável nesse contexto. A partir do momento em que as cenas de truculência policial durante as manifestações de Junho vieram à público, a questão sobre a necessidade de uma desmilitarização do efetivo policial voltou a ganhar destaque nos meios de comunicação, abrindo uma velha discussão sobre a influência negativa desse treinamento sob o convívio do policial com a sociedade civil.

O cientista político e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ), Ricardo Emanuel Carvalho acredita que uma desmilitarização da polícia brasileira seria um primeiro passo para estabelecer uma relação mais harmoniosa entre o policial militar e o cidadão comum, porém para que isso se torne realidade, essa pauta deve ser discutida e debatida a fundo pela opinião pública e pelos governantes.

Para o cientista, “o termo desmilitarização precisa ser mais qualificado, estudado”, a fim de se avaliar quais impactos teria sobre a carreira, formação do policial militar e para a população. Esse estudo começa a partir do momento em que questionamentos como “que tipo de mudança isso irá trazer na carreira do policial militar? Que

treinamento que ele não tem que vai passar a ter daqui pra frente?”, forem postos em discussão.

Uma proposta que promete tocar nesse ponto é a PEC 51, de autoria do antropólogo e ex- secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares. Apresentado pelo senador Lindbergh Farias (PT/RJ), o texto propõe uma reformulação do modelo policial atual ao desvincular o policial da militarização da sua função, afastando-a do modelo militar empregado no Exército Brasileiro.

Segundo a justificativa presente no texto, a desmilitarização das polícias “implica reestruturação profunda da instituição policial, no caso, da atual Polícia Militar, reorganizando-a, seja quanto à divisão interna de funções, seja na formação e treinamento dos policiais, seja nas normas que regem seu trabalho, para transformar radicalmente o padrão de atuação da instituição.”

A ementa à Constituição ainda aborda a importância de uma maior autonomia do policial frente à rigidez, pela qual, o mesmo é submetido sucessivamente pela corporação, pois assim, haverá “maior controle social e transparência de sua função.” Posteriormente, isso fará com que ele se torne “um microgestor confiável da segurança pública naquele território, responsivo e permeável às demandas dos cidadãos”.

Em entrevista concedida ao jornalista e blogueiro, Rodrigo Vianna, Soares cita a desmilitarização como algo “indispensável”, tanto para as polícias civis quanto as militares. Segundo ele, empregar funções que a primeira vista são de competência do exército, como por exemplo, “a defesa do território e da soberania do seu próprio país ao mobilizar grandes contingentes humanos e materiais com máxima celebridade” vão contra o papel primário da corporação, que se resume apenas em “garantir os direitos dos cidadãos, prevenindo e reprimindo violações, recorrendo ao uso comedido e proporcional da força”.

Atualmente, o texto segue em tramitação no Senado Federal, tendo passado pela Comissão de Constituição e Justiça e, após ser encaminhado em forma de Requerimento pelo Senador Humberto Costa, a PEC aguarda leitura na Secretaria Geral da Mesa desde o dia 9 de Abril deste ano, juntamente com outras duas propostas de Emenda à Constituição.

Saber a diferença entre ambas as funções e distingui-las segundo suas necessidades seria o começo de uma mudança na estrutura da polícia militar. A aplicação de táticas de guerra, como é visto em confrontos com traficantes que comandam comunidades em morros, por exemplo, pouco contribui para uma pacificação das mesmas, pois só gera mais violência. Nesse caso, a segurança pública que deveria ser um direito não apenas do morador da periferia, da favela, mas também dos grandes centros urbanos, recebe menos atenção por parte do Estado, talvez o maior culpado pelo crescimento da violência nas ruas de várias capitais brasileiras.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo referentes ao 1º trimestre de 2013, houve 29 mortes causadas por policiais militares em serviço na capital paulista, 13 na Grande São Paulo e 25 no interior da capital. Já no 2º semestre, esses números saltaram para 37, 22 e 24 mortes, respectivamente. No terceiro foram 32, 22 e 36 mortes, completando cada uma das regiões citadas. No quarto, houve um aumento de mortes na capital (53), porém uma redução na Grande São Paulo, para 16 mortes e no interior para 25. Após a soma desses números, o balanço de mortes cometidas por PM's em todo o Estado de São Paulo contabilizou 334 mortes em 2013.

“Diante desse cenário, apenas a desmilitarização sozinha não surte efeito. Para contorná-lo, o Governo Federal precisa investir em políticas que favoreçam uma mudança na segurança pública e no sistema judicial como um todo”, avalia o cientista político, professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Raul Francisco Magalhães.

Segundo ele, a atual divisão entre polícia civil e polícia militar não traz os benefícios necessários para garantir a segurança do cidadão comum. O simples fato de ambas atuarem separadamente, sem manterem um diálogo entre si, pouco acrescenta nesse aspecto.

“Além da integração entre as duas polícias, a capacitação da corporação através de cursos que foquem na investigação criminal, favorecendo o trabalho de apuração do efetivo diante do combate à criminalidade são indispensáveis. No Brasil, ainda existe uma tendência em priorizar uma formação militar do policial ao invés de dar a ele os instrumentos necessários para que o próprio se desvincule dessa cultura imposta pela militarização”, explica o cientista.

O jornalista Lino Bocchini acredita que o policial militar é mal instruído e deve ser mais bem trabalhado no período de treinamento, de modo que ele possa aprender noções de civilidade e de trato para com as pessoas. “A polícia, como um todo, deveria ter um treinamento civil, como aprender filosofia, psicologia, história, geografia, etc”, explica. Lino defende que o problema é de ordem superior, do comandante do batalhão. “Não culpo o soldado, mas quem o comanda. A classe é tão vítima quanto os próprios manifestantes, pois moram nos mesmos bairros, ganham o mesmo salário, sofrem a mesma opressão. Além disso, eles têm um treinamento péssimo”, diz. Trata-se, então, de um problema de ordem social, classista. “Se você pega um sujeito que teve poucas opções na vida, transforma-o em um PM e dá um treinamento militar pra ele, fazendo-o considerar todo mundo um inimigo, uma ameaça, que está em uma guerra, isso não vai dar em lugar nenhum, só apenas agravar o problema. Acho que a mudança necessária tem que partir dos governantes”, completa.

Não podemos deixar de lado as questões sociais do problema que virou a segurança pública, pois temos uma sociedade que de certa forma dá o respaldo necessário para que os abusos aconteçam. Há anos que os moradores das periferias do país sofrem com as atrocidades cometidas pela PM e pelos batalhões especiais, como a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) em São Paulo e o BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais), no Rio de Janeiro. Esses batalhões recebem carta branca para fazer o que quiserem a fim de concluir a missão dada.

O filme “BOPE - Tropa de Elite” caracterizou o que é o comando armado que tenta impor respeito nos morros cariocas. A figura do Capitão Nascimento, brilhantemente composta por Wagner Moura, popularizou este tipo de conduta do policial durão que passa por cima de tudo para conseguir cumprir sua missão. José Padilha, diretor do filme, conta que queria mostrar esse lado da corporação, as dificuldades e a vida de um policial do BOPE, o que ele não contava era com a utilização dessa imagem pelas alas reacionárias da sociedade, os que defendem que “bandido bom é bandido morto”.

Em São Paulo, a saída que o governo encontrou para conter os manifestantes foi a criação da “Tropa de Braço”, inaugurada no dia 22 de fevereiro deste ano, segundo ato contra a Copa do Mundo,

onde policiais especializados em artes marciais foram escolhidos a dedo para compor este batalhão. A ordem do dia é conter manifestantes que estejam causando dano ao patrimônio e atuando de forma ilegal dentro da manifestação. A tropa usa o braço, literalmente, e monta um cordão de isolamento para deixar os manifestantes presos. Na primeira ação da Tropa, cerca de 100 homens imobilizaram 262 pessoas, acusados de vandalismo. A medida gerou críticas pois muitos manifestantes acusaram os policiais de abuso de força. No entanto, o governo federal apoiou a ideia e comprou a tática usada em SP, exportando-a para outras polícias do país, no trato com a defesa da Copa do Mundo.

O que irá acontecer com a questão da desmilitarização do PM ainda é uma nebulosa. O debate deve ser cada vez mais aprofundado, de modo que não reste dúvidas sobre qual caminho seguir e como a sociedade e a PM se comportarão a partir disso. O que não resta dúvidas é de que deve se explorar ao máximo as opções e se encontrar um caminho para a democracia e a segurança trabalharem juntas e de forma não letal, garantindo as seguranças da população e garantindo as demandas do policial comum.





O que as vozes das ruas têm a dizer?

A diversidade de opiniões sobre as jornadas de Junho do ponto de vista de alguns de seus protagonistas.

Junho foi um mês atípico durante o ano de 2013. Um reajuste de alguns centavos na tarifa do transporte público foi suficiente para gerar uma faísca que ganhou proporções inimagináveis para o Brasil. Em São Paulo, após o prefeito Fernando Haddad e o Governador Geraldo Alckmin anunciarem que, a partir do dia 1º de Junho, haveria mais um reajuste de R\$0,20 sobre R\$3,00 cobrados para utilizar os serviços de ônibus, metrô e CPTM. Isso foi o suficiente para população que depende do serviço para se locomover diariamente pela cidade, fosse, aos milhares, para as ruas da capital pedir a revogação da tarifa.

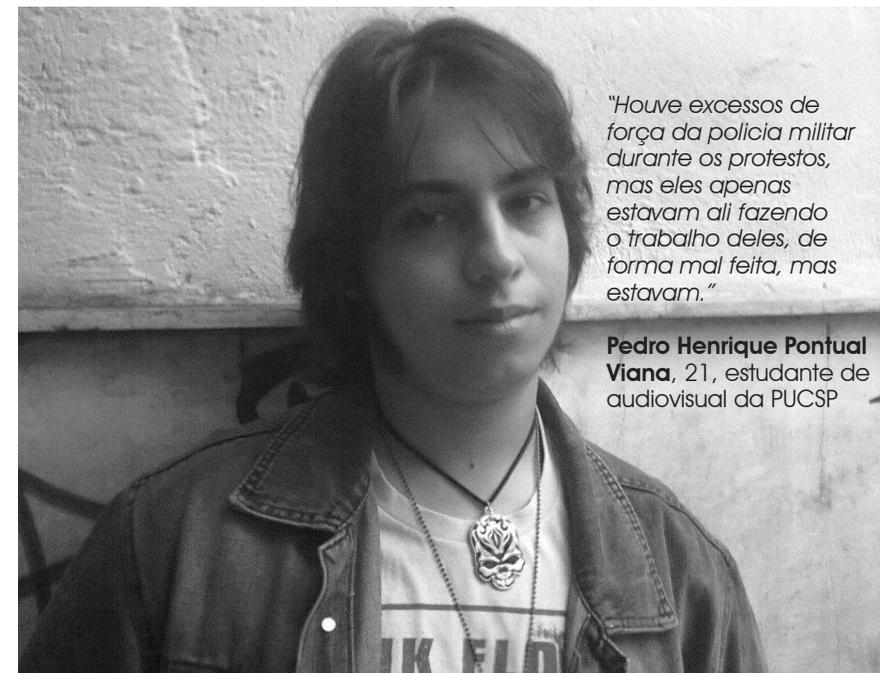
A partir do dia 6 de Junho, as ruas da capital paulista e de outros estados do país começaram a se tomadas por dezenas, centenas e depois milhares de pessoas que apenas estavam exercendo seu direito de se manifestar contra um Estado que não os representava mais, omisso na sua função de promover uma manutenção de direitos básicos como saúde, educação, moradia, segurança pública e não menos importante transporte público de qualidade, é claro.

Todas essas pautas ganharam espaço nos cartazes, faixas, gritos dos manifestantes, sendo reproduzidos e repercutidos mais tarde nos meios de comunicação, ganhando tamanha força, que logo estariam presentes também na Câmara Municipal, na Prefeitura da

cidade, no Congresso, no Senado, até chegaram ao gabinete da Presidência da República. Enfim, os governantes, que até então gozavam de certo conforto e segurança frente ao povo, revelaram, pela primeira vez, medo e receio dos efeitos que aquele fenômeno poderia ganhar dali pra frente.

Em resposta ao iminente crescimento da mobilização, a polícia militar entrou em ação, reprimindo violentamente os atos convocados pelo MPL (Movimento do Passe Livre) com bombas de gás lacrimogêneo, enquanto que os manifestantes respondiam, depredando estabelecimentos comerciais, públicos e privados. A partir daquele momento, um contraste de interesses entre povo e Estado teve início.

Entretanto, esse contraste de interesses não se restringiu apenas a esses dois últimos. O indivíduo, que optou pelo transporte individual também se viu no meio desse bolo e também sentiu seu direito de ir e vir ameaçado. A partir daí, não faltaram críticas ao fato dos manifestantes estarem bloqueando as principais vias da cidade, em prol de um direito legítimo, assegurado pela Constituição, mas que simplesmente não foi reconhecido naquele momento.



"Houve excessos de força da polícia militar durante os protestos, mas eles apenas estavam ali fazendo o trabalho deles, de forma mal feita, mas estavam."

Pedro Henrique Pontual Viana, 21, estudante de audiovisual da PUCSP

Mobilização urbana

Geovanna Bucci, 19, técnica ambiental, estudante e atriz esteve presente durante todas as manifestações de Junho e vivenciou de perto o crescimento dessa indignação por parte dos usuários do transporte individual.

“Não acho que o transporte individual seja a melhor saída, a não ser que esse meio de transporte possibilite que duas ou mais pessoas se locomovam pela cidade. O pior é que o indivíduo compra mais um carro para fugir do dia do seu rodízio porque ele está pouco preocupado com o trânsito, ou seja lá o que for. Se esse espaço que os veículos individuais ocupam nas avenidas da capital fosse usado por ônibus, o trânsito iria sofrer uma profunda transformação.”

Ela ainda comenta sobre os congestionamentos diários que o paulistano enfrenta todos os dias, seja para ir à escola, faculdade ou mesmo trabalhar e o impacto direto sobre sua saúde. E esse problema tem origem na ambição que um veículo maior é melhor.

“Há o fato de que as pessoas compram um carro, na maioria das vezes o maior que encontrarem na concessionária, que por sua vez irá gerar um gasto enorme com gasolina e conseqüentemente irá contribuir para uma contínua poluição do meio ambiente. São Paulo já não possui um planejamento urbanístico que priorize áreas verdes e, devido a isso, o ar atmosférico é de péssima qualidade, com tanto gás carbônico emitido por milhares de veículos.”

Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) referentes à Dezembro de 2013, São Paulo tem hoje uma frota estimada em 24.560.202 veículos, sendo que 15.643.415 correspondem à automóveis, ou seja, 63% dos veículos que circulam pela capital paulista são carros de passeio.

Transporte coletivo x individual

Para a jovem, um dos motivos para o cidadão optar pela compra de um carro e não usar o transporte público é sensação de segurança e conforto que o automóvel traz ao condutor. Ela compara o carro a um “sofá com rodas”.

“Na verdade, o carro se tornou uma espécie de ‘sofá’ sobre rodas. Mesmo a impressão do conforto que o carro proporciona não contribui para uma vida mais fácil para o motorista, pois ele continua chegando em casa tarde, por causa do trânsito. Infelizmente, a cultura do carro se sobrepõe”.

Tarifa zero

A luta pela gratuidade do transporte público tornou-se a principal bandeira do Movimento do Passe Livre (MPL), cujo qual a estudante defende veementemente. Segundo ela, a “catraca livre” seria o primeiro passo para desafogar o trânsito de São Paulo.

“Você acha que se fosse de graça haveria trânsito em SP? Não, porque as pessoas iriam deixar de comprar um automóvel. Porém, o transporte é pago justamente para que haja esse jogo, essa troca. Mas aí surge um questionamento: quem irá custear essa gratuidade? Acho que se os impostos que os contribuintes pagam todos os anos fossem destinados ao transporte público, com certeza daria unir todos esses fatores em prol de uma cidade melhor, sem trânsito, poluição e mais qualidade de vida”, avalia Geovanna.

Entretanto, a simples inexistência de um planejamento urbanístico e a falta de aplicação correta dos impostos colhidos pelo governo tornaria essa realidade apenas uma utopia.

“Entretanto, uma migração em massa de pessoas, que até então usavam apenas o transporte individual, poderia causar um colapso no serviço, caso o transporte público fosse gratuito. Acho que se houver um planejamento prévio para avaliar todos os impactos que essa decisão traria para a cidade, todos só tem a ganhar”.

“Não são apenas 20 centavos”

Pedro Henrique Pontual Viana, 21, Estudante de tecnologia e mídias digitais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) acredita que houve uma “desvirtualização” dos protestos de Junho, fruto de uma indignação que no começo possuía um foco, mas que depois se tornou difusa por causa de excesso de temas que estavam em pauta naquele momento.



“Como eram pessoas de todos os tipos, com diferentes engajamentos e diferentes maneiras de pensar, os protestos foram ficando sem pauta, genéricos e vazios e acabaram se perdendo na sua própria pluralidade.”

Octavio Ferreira, estudante de audiovisual

“Após a revogação do aumento, a maioria dos manifestantes ainda mantinham um sentimento de indignação, porém não se sabia ao certo qual indignação era essa. Havia milhares de pessoas tentando se expressar, mas não de forma coletiva, mas muito individual, segundo seus próprios interesses”.

Para ele, a partir do momento em que o MPL deixou de guiar as pessoas nas ruas, os protestos perderam o foco, pois o que prevaleceu dali pra frente foi “um cenário de indignação com o momento político que o país estava e ainda está enfrentando”.

Mesmo não estando presente no momento em que as manifestações ocorriam, Pedro sentiu os efeitos da repressão policial, quando bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas pela polícia dentro do campus da PUC-SP, localizado entre as ruas Marquês de Paranaguá e Caio Prado, centro da capital.

Era o quarto ato contra o reajuste da tarifa na capital. Motoristas que trafegavam nas proximidades ficaram presos no meio do confronto entre policiais e manifestantes, que foram alertados para não seguir em marcha pela Rua da Consolação.

Quando a polícia age

O estudante de Audiovisual do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), Octavio Henrique Ferreira Campa-

na, de 21 anos, acompanhou de perto alguns dos protestos em São Paulo e a violência empregada pela polícia contra os manifestantes. Ele faz uma avaliação da repressão e de como ela diminuiu com a intervenção da imprensa, noticiando os abusos de alguns policiais militares.

“Nos primeiros dias de protesto, a polícia foi extremamente repressiva. Só o fato de qualquer um que estivesse no meio do bolo virar alvo de balas de borracha e gás lacrimogêneo, seja um manifestante ou jornalista, deixou isso bem claro. Porém quando a mídia começou dar enfoque a esses abusos, os protestos mudaram de direção e a polícia mudou sua maneira de agir, por pura pressão popular. Sofri com a ação da polícia, quando fomos fechados na Augusta dos dois lados e jogaram muito gás na gente. Entramos em um hotel para nos escondermos e jogaram gás lá dentro”.

Ele se refere ao sétimo ato convocado pelo MPL para comemorar a revogação da tarifa do transporte, que ocorreu no dia 20 de Junho e reuniu cerca de 100 mil pessoas em vias importantes da capital como a Av. Paulista e a Av. 23 de Maio, no centro da cidade.

O estudante também participou do segundo ato contra a realização da Copa do Mundo, aprovou as pautas e os protestos, mas ainda sim viu uma polícia ainda com excessos, semelhante a do ano passado.

“O segundo protesto foi esse ano, contra os gastos excessivos da Copa. Achei bem legal as pautas e as manifestações. Em certo momento um orelhão foi quebrado e começou a confusão. A polícia agiu de forma bem violenta, muito gás e prisões. Acho que não havia necessidade de tudo aquilo”.

Para Geovanna, apesar de a repressão policial ter sido exagerada em alguns momentos, o policial estava ali apenas cumprindo o seu dever, como funcionário do Estado.

“O problema é que eles não podem lutar por isso, porque estão do outro lado, a trabalho do Governo. Uma ordem do Governo tem que se transformar em ação. Eu, pessoalmente, não acho justo que a polícia não cumprisse com o seu dever durante as manifestações, sem coibir a violência de alguns grupos naquele momento”.

Esse contraste foi visto durante alguns momentos de Junho. Ao se recusar a obedecer uma ordem do comandante do batalhão de choque, um policial foi dispensado daquele protesto. O caso foi registrado em vídeo e foi notícia nas redes sociais e em alguns portais de notícias. “Nesse caso, chegamos a um divisor de águas o policial encontra-se dividido pelo fato de encontrar razão nos atos dos manifestantes e ao mesmo tempo por saber que ele de fato tinha obrigação de atender à ordem do comandante”

“A polícia agiu daquela maneira também porque teve que responder a provocações de alguns manifestantes, que estavam mais interessados em arrumar motivo para ‘botar fogo no circo’ do que em se manifestar com os demais”, completa a jovem.

Uma cobertura parcial

O assistente contábil, Fabio Santos, de 25 anos, viu uma tendência da imprensa em cobrir os protestos segundo seus próprios interesses, ao invés de simplesmente informar o cidadão para o que acontecia durante as manifestações, principalmente as realizadas em Junho.

O caráter “popular” de outros meios de comunicação, com o Mídia Ninja, por exemplo, colaborou para um recorte mais próximo dos próprios manifestantes e do povo que já não se sentia representado por grande veículos.

“A imprensa independente se destacou mais, por serem “populares”, por mostrar o que as mídias com mais espectadores não mostravam, por provar que as mídias que tem mais nome são tendenciosas, são capazes de manobrar uma massa maior de pessoas. A mídia independente se uniu de tal forma que foi reprimida pela PM, justamente por mostrar situações das quais as grandes emissoras não mostravam”.

Ele cita como exemplo um protesto onde a presença de 5 mil pessoas, mas que para a imprensa esse número era muito menor: cerca de 1500 participantes. Além disso, Flávio aponta para a insistência da grande imprensa em dar mais enfoque a violência do que propriamente o significado das mobilizações em si e da luta por direitos.

“O objetivo era enfraquecer o movimento e fazer com que pessoas que buscavam informações através desses mesmos veículos, acreditas-

sem que as ruas estavam ocupadas por pessoas de má índole, vândalos, interessadas só em depredar o patrimônio público e privado”.

O assistente ainda aponta como a ação da polícia militar influenciou em uma mudança de postura de alguns veículos que tiveram seus repórteres feridos durante as manifestações. Destaque para a jornalista Giuliana Vallone, da Folha de São Paulo, que recebeu um tiro de bala de borracha no olho e do fotógrafo Sérgio Silva, da Futura Pressa, que também foi ferido no olho.

“Quando os mesmo veículos, que a primeira vista desaprovavam os protestos e apoiavam uma ação mais dura da PM, a mídia voltou atrás e fez uma revisão do seu posicionamento, do seu discurso”.

Das redes para as ruas

“Não só as redes foram importantes para que as pessoas viessem para as ruas se manifestarem. Acho que alguns blogs de Mídia independente também colaboraram não só com informações como as datas e locais de protesto, mas também mostrou o quanto a grande mídia tem o poder de manipulação de massa e também os motivos dos quais fizeram nascer os protestos, as causas, os porquês que as pessoas buscavam e não encontravam”, avalia Flávio.

Além das redes, a fomentação de uma série de documentários e livros retratando o período de efervescência das ruas, estimulou



“Agora os governantes sabem que qualquer coisa que eles fizerem, haverá resposta da população e essa resposta poderá surgir com a volta das manifestações.”

Geovanna Bucci, estudante

o desenvolvimento de um senso crítico da população. “A partir do momento em que as pessoas foram descobrindo a real situação que o país estava, passaram a se informar e se conscientizar, e melhor, a lutar pelos seus direitos e cobrar dos seus representantes responsáveis pela administração pública, em todas as esferas, municipal, estadual e federal”.

Geovanna compactua com a visão de Flávio em relação da influência das redes sociais sobre os protestos. Ela acredita que nunca houve um momento tão propício quanto agora, com o constante crescimento e uso dessas ferramentas para fomentar um fenômeno como as mobilizações de Junho.

“Em qual lugar no mundo que você iria conseguir fazer um tipo de manifestação como essa, com essa proporção, durante a ditadura militar? Sem chance! Em qual momento haveria a possibilidade daquela quantidade de pessoas se reunir nas ruas para protestar, caso não houvesse o Facebook, por exemplo?”

As redes sociais trouxeram uma base para que os protestos fossem possíveis, pois elas tiveram esse caráter de agregar uma quantidade ilimitada de pessoas, que estão conectadas entre si o tempo todo.

“Os eventos criados no Facebook convocando para novos protestos são um exemplo disso. Se determinado tema era do seu interesse, você podia escolher entre comparecer ou não. Isso já deixou claro quem tinha interesse de se expressar, de ir às ruas e quem não tinha”.

Acuados

Diante de um cenário desfavorável, onde questionamentos tornaram-se mais frequentes do que de costume e não se restringiam apenas à comentários indignados em notícias publicadas nos meios de comunicação que cobrem assuntos ligados a polícia, prefeitos, governadores e até a presidente da República viram-se obrigados a se mexerem e entrar em diálogo com o povo, já insatisfeito com suas próprias condições de vida, convivendo cotidianamente com a privação de direitos básicos como transporte, saúde, educação, segurança de qualidade.

“A política sabia que uma hora a casa iria cair, e quanto mais as pessoas se informavam, mais coisas escandalosas apareciam. Claro que eles apoiam o direito de protestar, mas o quadro acaba sendo outro nas ruas, por causa das repressões policiais.”, analisa Flávio.

Segundo ele, mesmo que o cidadão tenha, na teoria, o direito de se manifestar contra alguma coisa que ele não considera certa, seja um caso de corrupção envolvendo um determinado político ou mesmo uma reivindicação pelo direito à uma saúde pública melhor, mas mesmo assim ele é impedido de ocupar o espaço público para fazer isso, na verdade, ele não está exercendo esse direito na prática.

“Não adianta você ter o direito de protestar e não ter o direito de cobrar uma mudança, então nós cidadãos acabamos voltando à estaca zero. Os políticos não souberam lidar com as manifestações, pois elas estavam a voz da maioria, a voz da verdade, e eles temiam que essa voz continuasse ecoando, indagando e questionando-os sobre suas atividades dentro da sociedade e se elas estavam trazendo mais malefícios do que propriamente benefícios ao povo.”, observa.

Em São Paulo, o prefeito e o governador da capital cometeram o equívoco de não dialogar com as massas que estavam nas ruas exigindo a revogação do reajuste da tarifa do transporte e com isso sofreram com a pressão popular (manifestações) e simbólica (deprecação e tentativa de invasão da Prefeitura Municipal, no centro e do Palácio dos Bandeirantes, na zona oeste de SP).

Apesar da presidente Dilma demorar em se pronunciar à respeito dos protestos que tomaram o país, ela também não ficou de fora e logo foi em cadeia nacional de TV, no dia 21 de Junho, anunciar cinco pactos, numa tentativa de apaziguar as ruas. Dentre eles, se destacava o Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que tinha como foco, segundo lei sancionada pela presidente, “desenvolver um instrumento de política urbana no país, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município”.

Dois dias depois, a presidente recebeu em seu gabinete, integrantes do MPL para conversar sobre a proposta do Plano e ouvir as reivindicações e propostas do movimento.

Black Blocs

Principais responsáveis pelas cenas de violência, depredação do patrimônio público e privado, o Movimento Black Bloc rapidamente ganhou visibilidade e destaque na imprensa que cobria as mobilizações de Junho. Manchetes de jornais e revistas, chamadas de portais de notícias, matérias e reportagens especiais em jornais televisivos, procuraram ou entender sua proposta, sua ideologia e ideais por trás de tantas máscaras ou meramente classifica-lo de forma pejorativa, definindo-os como “arruaceiros”, “baderneiros” ou “bando dos caras tapadas”, segundo a Revista Veja.

Apesar de não conhecer a fundo a atuação do movimento, Flavio considera legítima a revolta e repulsa dele diante do sistema capitalista e tudo o que ele representa em termos de ausência de responsabilidade social e ambiental.

“Acho legítimo eles se revoltarem contra grandes corporações que só visam o lucro e não tem uma responsabilidade social, ambiental. É um descaso uma organização que pode contribuir para uma melhoria interna no atual quadro do nosso país não fazer por onde, além de sonegar impostos. E por esse motivo que eles destroem esses patrimônios, é uma forma de mostrarem para não rendem ao sistema, pois acreditam em direitos iguais pra todos.”, destaca.



“É incrível, vê como as pessoas se chocam tanto com o vidro de um banco quebrado, uma lixeira pegando fogo no meio da avenida ou pedras voando em direção a PM.”

Pablo Wesley, Black Bloc falando sobre a ação do movimento nas ruas

Pedro já considerou o movimento, pelo menos durante as mobilizações do ano passado, como uma espécie de “tutor” dos manifestantes, pois ao reagir à repressão da PM, com paus, pedras e bombas, os Black blocs passaram a simbolizar uma resposta a violência do Estado.

Para Octavio, com o enfraquecimento das manifestações após a conquista da revogação da tarifa em Junho, o movimento Black Bloc perdeu um pouco da sua essência, resumindo-se ao simples ato de “quebrar por quebrar”, nada mais.

Pablo é um integrante do movimento. Sem revelar o nome completo ou rosto, o jovem de 19 anos, que ainda está dividido entre fazer faculdade de Ciências Políticas ou viajar à intercâmbio, se revela um autêntico membro do movimento e deixa logo claras suas intenções e as do movimento.

“O meu objetivo é criar uma guerra civil no país, e você pode me achar louco por isso, mas creio que esta seja a única solução para o povo brasileiro, porque quem sabe depois de tanta dor, miséria e experiência a nossa educação e cultura mudem. Já o objetivo do coletivo, eu não posso responder, pois somos formados por várias pessoas com ideologias diferentes, porém, quando nos juntamos, só temos um objetivo, ser a reação contra a opressão.”

Segundo ele o movimento tomou forma a partir do momento em que o grupo ganhou espaço nas ruas, ou seja, quando a aplicação da chamada “ação-direta” começou.

“Um jeito de ser ouvido pelo estado e ter suas reivindicações atendidas, percebemos que a ação-direta (ou vandalismo, se preferir) chamava a atenção da mídia, polícia, governo e dos próprios manifestantes, e causa medo. É incrível ver como as pessoas se chocam tanto com o vidro de um banco quebrado, uma lixeira pegando fogo no meio da avenida ou pedras voando em direção a PM.”





Um legado de aprendizado

O povo foi às ruas, mostrou sua cara. Enfrentou todas as adversidades e contratempos que encontrou pelo caminho de cabeça erguida, sem se deixar intimidar pela polícia, pela imprensa e pelos seus representantes, que vivem em qualquer esfera, menos a real, a dos cidadãos.

Mais do que uma conquista simbólica, a revogação da tarifa, apesar de parecer, a primeira vista, insignificante, resgatou algo que permanecia entalado na garganta de milhares de brasileiros e abriu um leque de reivindicações, que se revelaram direitos legítimos, de todos os cidadãos: o desejo por um país mais justo, igualitário, sem violência, com mais saúde, mais educação e transporte de qualidade para todos.

Seria pedir muito querer tudo isso?

Junho mantém seu legado. Primeiro, por se tornar um mês simbólico. Revelou vontades adormecidas e desconhecidas de uma geração que não sabe o que é manifestação de rua, muito menos se interessa por política. Segundo, porque foi capaz de catalisar toda uma energia que foi determinante nos rumos da revogação, fosse para o bem (com os manifestantes sérios), fosse para o mal (com a repressão da polícia, os que praticaram vandalismo e atos descartáveis dentro das passeatas). Assim como 1992 entrou para a história com o primeiro presidente deposto por pressão popular, Junho de 2013 entra para a história por mostrar que 20 centavos podem nos revelar muito sobre um povo “recluso”.

Essa parte da história ainda está em desenvolvimento, de modo que não podemos saber o que está por vir e quais os rumos do país frente essas reivindicações e necessidades de um povo que grita calado. A internet tratou de deixar tudo muito às claras e o Brasil resolveu se mostrar “de página limpa”. A sociedade civil, antes por menorizada no homem cordial, agora impõe sua voz (principalmente no mundo virtual) e tende a ocupar espaços que não se atingiam de maneira rápida e direta. O jogo da política é o mais afetado de tudo isso, seja para a cobrança da população, seja para a cornetagem deliberada, os boicotes e todo o jogo de ilusões que as redes nos proporcionam. Os reacionários, a esquerda sem identidade, os sem partidos e os alienados se encontram nas mídias e constroem suas perspectivas de Brasil a partir disso.

Como diz Marx, o homem faz a história sob condições com as quais se confronta e que estão ligadas ao passado. Junho foi a confrontação por 20 centavos que logo viraram “tudo por nada”, trocando em miúdos (e parafaseando os arautos da “opinião pública”, que cospem todo o tipo de veneno desinformado). O nosso país precisa de uma renovação enorme, e por questões de sobrevivência.

Junho foi o (re)começo.



Referências Bibliográficas

ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo: O jornalismo e a Ética do Marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALI, Tariq. **O Poder das Barricadas – Uma Autobiografia dos Anos 60**. Boitempo, 2008.

AUGRAS, Monique. **Opinião Pública: Teoria e Pesquisa**. Editora Vozes, 1974.

BARBOSA, Carla Silva. **Movimento estudantil e produções de subjetividades contemporâneas**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM POLITICAS PUBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA) UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 2007. [acesso em 2013 Out 08] Disponível em: http://www.lpp-buenosaires.net/ppfh/documentos/teses/carlabarbosa_movimentos.pdf

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Zahar, 2003.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da Rebeldia**. Senac, 2001.

CARNEIRO, Henrique Soares. **Rebeliões e Ocupações de 2011**. In: HARVEY, David ... [et al.]. **Occupy - Movimentos de Protesto que Tomaram as Ruas**. Boitempo, 2012.

CHOMSKY, Noam. HERMAN, Edward S. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. Pantheon, 2002.

DE PAULA, Gil César Costa. **Atuação da união nacional dos estudantes UNE: do inconformismo à submissão ao Estado (1960 a 2009)**. TESE (DOUTORADO EM EDUCAÇÃO) FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Goiás, 2009. [acesso em 2013 Out 08] Disponível em: http://www.fe.ufg.br/uploads/6/original_Tese%20Gil%20Cesar.pdf

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica**. Globo Editora, 2006.

GABEIRA, Fernando. **O Que É Isso, Companheiro?**. Companhia das Letras, 2006.

GOHN, Maria da G. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Wak, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JÚNIOR, Caio Prado. **A Revolução Brasileira**. Editora Brasiliense, 2001.

KOTSCHO, Ricardo. **Do Golpe ao Planalto – Uma Vida de Repórter**. Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: o livro como extensão do jornalismo e da literatura**. Manole, 2004.

_____, _____. **O Que é Livro-reportagem**. Brasiliense, 1998.

LIPPMANN, Walter. In: BERGER, Christina. MAROCCO, Beatriz. (orgs.) **A Era Glacial do Jornalismo: Teorias Sociais da Imprensa, Volume 1**. Editora Sulina, 2008.

_____, _____. **Opinião Pública**. Editora Vozes, 2008.

LOCATELLI, Piero. **#VemPraRua - As Revoltas de Junho pelo Repórter que Recebeu Passe Livre para Contar a História do Movimento**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Nova Tendências em Análise do Discurso**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

MASCARO, Alysson. **Estado e Forma Política**. Boitempo, 2013.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros**. Rio De Janeiro: Brooklink, 2004.

REBELO, José. **O Discurso do Jornal: o como e o porquê**. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Sulina, 2009.

SOREL, Georges. **Reflexões Sobre a Violência**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. Loyola, 1996.

_____, _____. **Democratização Inacabável**. Vozes, 2000.

_____, _____. **Redes Sociais na Sociedade da Informação**. In: CASTRO, Maria C. P. S. (org). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. UFMG, 2006.

TONNIES, Ferdinand. In: BERGER, Christina. MAROCCO, Beatriz. (orgs.) **A Era Glacial do Jornalismo: Teorias Sociais da Imprensa, Volume 1**. Editora Sulina, 2006.

UGARTE, David de. **O Poder das Redes**. EDIPUCRS – PUC RS, 2008.

VAINER, Carlos. **Quando a Cidade Vai às Ruas**. In: MARICATO, Ermínia ... [et al.]. **Cidades Rebeldes – Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil**. Boitempo, 2013.

VENTURA, Zuenir. **1968 - O Ano que Não Terminou**. Circulo do Livro, 1988.

